

Módulo 1

O educando como sujeito em desenvolvimento:
família, escola e políticas públicas

- Unidade 1** A escola e o educando
- Unidade 2** Conhecendo o adolescente
- Unidade 3** Adolescentes e a proteção no âmbito das políticas públicas
- Unidade 4** A escola em rede: legislação e políticas integradas à prevenção do uso de drogas



Unidade 1



A escola e o educando

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- Reconhecer as potencialidades da escola e seus atores.
- Identificar a escola como contexto de promoção da saúde.
- Integrar temas sociais que favoreçam o desenvolvimento do aluno no planejamento das atividades escolares.

O QUE ABORDAREMOS NESTA UNIDADE?

Conheça a sequência didática:

Temática: A escola e o educando

Vídeo: *Do Limão uma limonada*

Texto:

A escola como espaço de transformações sociais e individuais

Exercício objetivo

Fórum de conteúdo:

Discutindo situações-problema



Destaques do tema



- A educação, em sentido amplo, consiste no processo de produção e criação de conhecimentos, construídos individual e coletivamente e organizados socialmente ao longo da história.
- A escola é uma instituição social que exerce um papel específico no processo educativo, orientada por programas e estruturas formais de ensino.
- O professor, com base no cotidiano da escola, pode e deve criar situações pedagógicas para promover as mudanças necessárias a uma cultura do sucesso escolar.
- O sistema escolar tanto pode servir para sustentar e reproduzir as relações injustas da sociedade capitalista quanto pode servir para o estabelecimento de interesses sociais mais justos, democráticos e solidários.
- Nas relações educativas que se estabelecem entre o professor e os alunos, é importante que prevaleça a relação de confiança e não a de poder.
- As relações educativas e sociais devem promover atividades em grupo, tarefas que envolvam pesquisa, organização de projetos comunitários e a discussão de ideias diferentes.

Bem-vindo, educador! Agora que você está iniciando a primeira unidade, aproveite para conhecer melhor o Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso. Aprofunde seus conhecimentos e suas reflexões acerca da temática, assistindo ao vídeo, realizando as leituras dos textos, interagindo nos fóruns com seus colegas e com seu tutor e respondendo os exercícios objetivos. Conheça, também, o espaço virtual *Nossa Escola*, onde você e os cursistas de sua escola poderão trocar ideias e elaborar a atividade colaborativa do módulo 1, com auxílio de recursos disponíveis no ambiente. Bom trabalho!

A escola também é um contexto de promoção da saúde e deve ajudar não só os estudantes, mas toda a comunidade escolar, a construir vidas mais saudáveis e a criar ambientes favoráveis à saúde de todos.

No dia a dia da escola, as questões de saúde, mesmo que a gente não as perceba, aparecem nas situações mais diversas: na violência, no preconceito, nas festas, nos materiais de estudo e no trabalho dos alunos.



Assista ao vídeo 1 – *Do limão uma limonada*

Inicie o primeiro módulo do nosso curso assistindo ao vídeo 1, que mostra a escola como espaço de promoção da educação e da saúde envolvendo a direção, os estudantes e comunidade.

Resumo do vídeo – *Do limão uma limonada*

Neste episódio, a escola se apresenta não só como espaço de transmissão de conhecimento, em que as ações educativas se orientam somente para transmitir o saber (biologia, história, matemática...), mas também como contexto de promoção de saúde e do desenvolvimento integral através do envolvimento de educadores, estudantes, parceiros da escola e a comunidade.

A ida de Afonso e Jocélia à escola dos filhos para reclamar ao diretor da campanha promovida pela professora Isabel propiciou uma crítica à forma isolada como a professora lançou seu projeto.

Destaca-se a habilidade do diretor em conseguir a adesão do casal – Afonso e Jocélia – a um projeto amplo de promoção da saúde na escola e na comunidade a partir do entendimento e negociação com a professora coordenadora do projeto. A ação conjunta do diretor e da professora possibilitou a adesão do casal proprietário do mercado ao projeto da escola de promoção de saúde, envolvendo-se de forma participativa.

No episódio, fica claro que a escola deve ser o espaço promotor de transformações individuais e sociais e não pode agir sozinha em suas ações educativas e sociais. Além da função de ensinar, adquire uma função social. Evidencia-se a função de mediação da escola no processo educativo, em que a saúde deve ser apresentada aos alunos como qualidade de vida a ser garantida a todos.

Para refletir



As relações educativas e sociais devem promover atividades em grupo, tarefas que envolvam pesquisa, organização de projetos comunitários e a discussão de ideias diferentes. Pensando nisso, sugerimos que discuta com seu grupo as questões:

- Você costuma pedir para seus alunos fazerem trabalhos em grupo? Em que ocasiões?
- A sua escola costuma promover a integração de iniciativas de diferentes setores para a promoção da saúde dos alunos?
- Você conhece o Projeto Político Pedagógico de sua escola?
- Há no Projeto Político Pedagógico ações de promoção da saúde?

Para aprofundar seus conhecimentos, leia o texto apresentado a seguir.

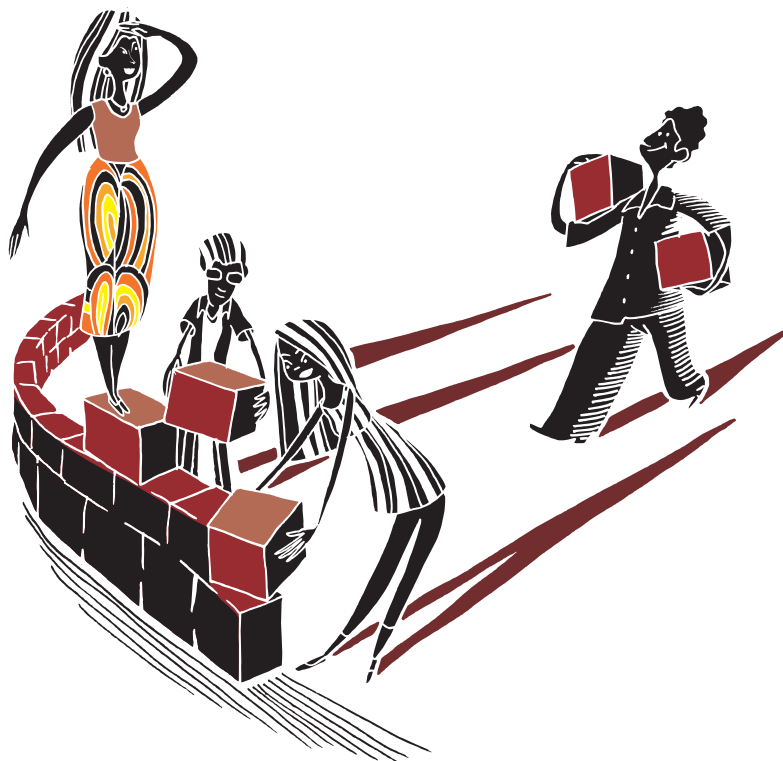
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E INDIVIDUAIS

Claisy Maria Marinho-Araújo

Nesta unidade, vamos refletir sobre a escola. Vamos examinar como suas características, sua dinâmica e seu funcionamento influenciam no desenvolvimento das pessoas que convivem e participam nesse contexto.

Destacamos a função do educador como mediador tanto no processo de desenvolvimento e construção das subjetividades dos alunos como no processo de aprendizagem e nas relações interpessoais que ocorrem na escola.

Espera-se que, após essas reflexões, você utilize esses conhecimentos para elaborar, com mais clareza e segurança, ações e estratégias de ensino que sejam efetivas para a melhoria da qualidade da educação escolar e para a promoção da saúde no contexto da escola.



Veja os principais temas a serem abordados:

- Educação e escola.
- Função social da escola.
- Papel do professor como mediador de processos de desenvolvimento e de aprendizagem.

Educação e escola: concepções

As concepções sobre o homem, o mundo, a sociedade e as relações sociais estão presentes na nossa maneira de viver, de buscar nossos ideais, de construir nossas crenças e de trabalhar. Essas nossas concepções têm diferentes implicações tanto no nosso modo de ser quanto no nosso trabalho.

Inicialmente, vamos pensar sobre a concepção que temos de escola e sobre a relação entre escola e educação. Em seguida, vamos questionar quais pontos dessa concepção estão sustentando nossas práticas profissionais, nossas representações, crenças, posturas e atitudes.

Ter clareza da concepção que está por trás das próprias ações, valores e comportamentos, gera mais intencionalidade no planejamento das ações de ensino e aprendizagem.

Podemos considerar que toda a organização e o funcionamento da sociedade constituem uma situação educativa, à medida que representam as manifestações das produções e criações humanas, que são transmitidas por meio das relações sociais.

Assim, a origem da educação se confunde com as origens do próprio homem, quando os processos educativos coincidiam com o próprio ato de viver e sobreviver.

Por que precisamos da educação?

As necessidades surgidas na vida das pessoas, suas experiências de sobrevivência ou de busca de bem-estar ocasionaram processos de produção e criação de conhecimentos, construídos individual ou coletivamente e organizados socialmente, ao longo da história da humanidade.

Esse tipo de educação não é, necessariamente, institucionalizada, ou seja, não ocorre em um espaço definido, com tempos determinados nem tem uma forma padrão nem normas que a estructurem. É por essa educação que várias pessoas se educam, muitas vezes, sem terem ido à escola.

Esse processo educacional se desdobra em várias dimensões: a educação tanto tem a função de transmitir a cultura e o conhecimento acumulado quanto a função de despertar potencialidades, reflexão e críticas acerca da realidade e das possibilidades de sua modificação.

A educação acaba influenciando a constituição de vários aspectos da subjetividade das pessoas, como valores, crenças, orientações religiosas, sexuais, morais, sentimentos, escolhas e muitos outros.

Complexidade da educação

A palavra educar origina-se do latim *educatio*, que, além de instrução, também significa ação de criar, de alimentar. Educação é, portanto, um fenômeno bastante complexo, que se relaciona com todo o processo de formação do sujeito. Nesse processo, ocorrem muitas influências: da família, do trabalho, do clube, dos grupos sociais e culturais de diversas outras instituições.

A Constituição Federal do nosso país assegura a educação como um direito de todo cidadão.

Constituição Federal – Artigo 205

Vejamos



A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação na escola

Começamos com uma pergunta: ensinar ou educar?

Essa parece ser uma pergunta bem simples, não é? Mas, de acordo com a forma como respondemos a essa questão, o nosso trabalho na escola poderá ser mais amplo ou mais restrito.

Apesar de escola e educação fazerem parte de um processo social amplo, que é influenciado e influencia relações sociais complexas e, também, a vida particular das pessoas, há uma grande distinção entre a educação escolar e a que ocorre fora da escola.



Importante

- Assim como cada cultura e cada sociedade caracterizam-se de forma distinta, também a educação não se apresenta de uma única maneira. Podem ocorrer diversas “educações”. Já a escola cumpre um papel específico no processo educativo, pois é orientada por programas e estruturas formais de ensino.

- A diferença, então, entre a educação escolar e a educação que ocorre em diversos tempos e espaços está no caráter deliberativo e intencional da ação da escola. Enquanto a escola cumpre um programa formal de ensino, outras instituições cumprem seu papel educacional de maneira informal.
- Em síntese, a relação que existe entre a escola e a educação se manifesta na integração entre ensino e educação.

A escola e suas características

Além de distinções previstas na regulamentação legal, entendemos que a educação escolar tem características bem definidas tanto por sua estrutura e organização quanto por sua função.

As escolas apresentam uma enorme diversidade de formas de organização, tamanho, localização e atendimento aos alunos.

Você já ouviu falar de alguma escola que seja modelo para todo o seu estado ou para todo o país?

É bem provável que não, porque ela não existe.

Não existe, no Brasil, um modelo de escola que possa ser considerado como o melhor ou o mais adequado, porque cada escola tem suas próprias características, suas necessidades, suas produções, suas dificuldades e suas conquistas. Esse também deve ser o caso da escola em que você trabalha.

Existe uma infinidade de tipos de escola, espalhados por todos os pontos do País: há as escolas bem estruturadas e equipadas com diversos recursos pedagógicos, as bastante simples na sua estrutura e na disponibilidade de recursos, as multisseriadas, as rurais, as dos grandes centros urbanos, as das periferias nas grandes cidades, as dos assentamentos rurais, as das comunidades indígenas, as de quilombos, de comunidades negras, e muitas outras.

Importante

Conhecer os recursos que existem na sua escola e na sua comunidade, que nem sempre estão tão explícitos ou tão disponíveis, pode ser útil e incorporado ao seu trabalho pedagógico. A utilização desses recursos pode ajudá-lo a melhorar seu trabalho.

- Desde o quadro de giz, que geralmente você tem na sala de aula, até um banco ou uma padaria que existem na cidade ou no bairro podem ser recursos importantes para o seu trabalho na escola. Você pode transformá-los em opções didáticas, ou seja, em estratégias que auxiliam o fazer pedagógico.
- O professor poderá enriquecer bastante seu trabalho se for capaz de reconhecer, procurar e receber a contribuição de todos os sujeitos e, principalmente, das instituições que, mesmo sem estarem diretamente ligadas à escola ou ao sistema educacional, possam colaborar para o trabalho escolar.
- A escola é uma instituição com condições muito específicas, cujos objetivos principais levam em conta o conhecimento baseado nas ciências. Sabemos que, muitas vezes, ao priorizar o processo de produção científica, a escola acaba segmentando a ciência e a distanciando da realidade, bem como separando os fenômenos que acontecem na realidade em partes explicáveis por disciplinas escolares.
- A informação que circula na instituição educacional nem sempre consegue expressar todo o conhecimento produzido pelos meios científicos. É importante buscar a transformação das informações em conhecimentos e torná-las úteis não só para a resolução dos problemas e desafios do dia a dia, mas, principalmente, para que essa construção de conhecimentos desencadeie processos cognitivos, afetivos e sociais, muito mais complexos no desenvolvimento dos alunos e, também, do educador.

- As características estruturais da escola (horários, organização, conteúdos, diferenciação de papéis, prêmios e castigos, complexidade de atividades) podem levar ao aprendizado de normas e de atitudes de independência ou dependência, realização ou adequação, universalismo e outras especificidades próprias da vida em sociedade.
- O processo educativo que circula no interior da escola deve ser entendido não apenas na dimensão do ensino e da aprendizagem de conhecimentos, mas também a partir das dimensões política, econômica e cultural.

Essas dimensões vão constituir, em uma perspectiva mais abrangente, a função social da escola.

Função social da escola

Vimos até agora que a escola é uma instituição identificada por duas características fundamentais: a de ensinar conteúdos e a de formar as pessoas por meio da circulação de valores, ideias, crenças, preceitos morais e éticos.

Devemos, portanto, trabalhar o tema da educação escolar como instrumento de dupla dimensão. Ao promover mudanças nos sujeitos e na realidade, a escola é uma instituição que serve tanto para a manutenção das relações sociais injustas quanto para a transformação dessas mesmas relações.

Será que a escola é capaz de funcionar nessas dimensões tão distintas e até contraditórias?

Alguns estudos e abordagens afirmam que a escola funciona como um forte mecanismo de controle social, contribuindo para a estabilidade do sistema capitalista, pois, na sua forma de organização, ela disciplina, domestica e aliena os estudantes.

Entretanto, na sociedade existem diversas tensões, porque há sempre interesses divergentes: uns lutam pela estabilidade ou conservação, outros brigam por evolução e mudança. A cultura humana tem um caráter de eterna tensão.

Na escola, é importante conhecer as formas pelas quais essas dimensões se apresentam para saber como trabalhá-las, pois também a educação é, ao mesmo tempo, um processo de manutenção e de transformação da cultura.

Entender que a escola não é a fonte essencial das desigualdades sociais, nem reflete passivamente a ideologia dominante é defender que há, na instituição escolar, intencionalidades, finalidades, utilidades que lhe permitem reinterpretar e ressignificar a ideologia ao difundi-la ou transmiti-la.

As ações que ocorrem no processo educativo são determinadas por múltiplas influências não só ideológicas, mas históricas, econômicas, jurídicas, políticas e sociais. São necessárias mediações técnicas, culturais e sociopolíticas que, em vez de negarem, recriem os ideais em bases mais justas e sustentados por escolhas conscientes.

Importante

- O espaço escolar constitui-se em local privilegiado, onde se por um lado se explicitam as contradições e os antagonismos, por outro é possível que se constituam e se articulem interesses sociais mais justos, democráticos e solidários.

- O sistema escolar tanto pode servir para sustentar e reproduzir as relações injustas que ocorrem na sociedade capitalista quanto pode servir para a construção da justiça social e da cidadania.
- Em torno da escola, convivem sujeitos com diferentes concepções de educação e diferentes visões de mundo, e é esse convívio que faz da escola uma instituição complexa e contraditória. É nessa troca de contrários que pode-se e deve-se estabelecer a luta pela construção da cidadania.
- O professor, com base no cotidiano da escola, pode e deve criar situações pedagógicas para promover as mudanças necessárias.

O professor e sua função de mediador

Por se entender que cabe à escola a função de ensinar e de educar, recai especialmente sobre o professor desempenhar um papel ativo de ordenar, conduzir e mediar o processo educativo.

Agora vamos compreender melhor o papel do professor, não só no ensino, mas, principalmente, na formação de valores e da identidade dos alunos.

Já vimos que as tensões existentes na escola não impedem o emergir de forças de luta e resistência pelo restabelecimento da cidadania. E nós, trabalhadores desse contexto, estamos cotidianamente atuando, de uma forma ou de outra, nesse cenário dinâmico. Entretanto, essa atuação se dá, muitas vezes, de maneira imprevisível e de forma intuitiva. Precisamos pensar em construir práticas intencionalmente planejadas na direção de uma transformação pautada em ações competentes e conscientes.

Professor e escola: trabalho, profissão e transformação social

O caráter contraditório que se faz presente no discurso pedagógico reflete-se no trabalho do docente, especialmente no cotidiano da sala de aula.

Podemos afirmar que o trabalho escolar não é neutro. O professor não age com neutralidade ao organizar e executar seu trabalho pedagógico. Se um professor se diz neutro, na verdade já está tomando uma posição. Geralmente, essa tomada de posição é em favor dos interesses sociais predeterminados, ou seja, em favor de que as coisas continuem do jeito que estão. É, portanto, uma suposta neutralidade.

O saber e o poder são elementos importantes da relação entre educação, escola e professor. A forma como as pessoas, no interior da escola, fazem uso do saber ou do conhecimento e como este se liga à organização e à distribuição do resultado desse trabalho desenha aproximações ou distanciamentos entre o conhecimento produzido e a sua adequada socialização.

Precisamos ter uma visão de conjunto sobre o que transmitimos aos nossos alunos e sustentar, no fazer pedagógico, alternativas de ensino e aprendizagem criativas, inovadoras e libertadoras, para que não predominem técnicas, métodos, tarefas e conhecimentos essencialmente repetitivos, coercitivos, domesticadores.

Ao possibilitar a construção e a socialização do conhecimento, a escola “distribui” o poder advindo do saber, facultando a todos uma instrumentalização mais justa para desenvolver as transformações sociais necessárias.



Situações imprevisíveis em sala de aula

O que mais aflige o educador no cotidiano da sala de aula são as situações imprevisíveis, que o fazem “perder o controle”. O medo de escolher um caminho não muito adequado, dar uma resposta equivocada, tomar uma decisão injusta e agir impetuosamente gera muita insegurança quanto ao que fazer nessas horas.

E, na maioria das vezes, age-se de forma intuitiva, “automática”, “mecânica”, “impensada”, para tentar resolver esses problemas.

Precisamos criar e exercitar competências para não nos guiarmos apenas por recursos impetuosos ou emergenciais, mas por processos e situações didáticas que sejam intencionalmente planejados, organizados e sistematizados, com a finalidade de promover transformações e avanços no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

A clareza sobre os fatores de risco decorrentes do uso de drogas e as possibilidades de proteção devem fazer parte desse planejamento intencional.

Identidade profissional do professor



A maneira como o professor trabalha está diretamente relacionada à sua maneira de ser. As escolhas profissionais acabam influenciando a vida pessoal e sendo por essas influenciadas; assim, a “pessoa” e o “educador” se mostram de forma interdependente ao longo do tempo.

Nesse processo de constituição da nossa identidade, estamos todo o tempo em relação com outras pessoas, com as quais compartilhamos inúmeros significados, ao longo da história de nossas experiências socioculturais.

Desenvolvemos nossa subjetividade e nossa identidade profissional em uma dimensão social, cultural e histórica.

O professor como mediador na escola

No contexto escolar, o professor é parte integrante e fundamental nas relações que aí ocorrem: ele assume a função de mediador nesse processo de comunicação e de relação social.

Para intervir como mediador nessas relações, é importante que o professor organize uma rede de relações no contexto escolar para potencializar o desenvolvimento das pessoas.

Para isso, ele poderá buscar estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem tarefas coletivas, com objetivos comuns que levem a:

- complementaridade nas ações;
- manifestação de criatividade;
- trocas e negociações;
- críticas e sugestões;
- expressão da diversidade nas ações, crenças e valores;
- construção de conhecimentos compartilhados por todos do grupo.

A participação ativa dos alunos na rede de interações que ocorrem na escola faz com que eles experimentem papéis e ações que podem promover uma construção de conhecimentos compartilhada e coletiva.

As relações sociais educativas devem promover atividades em grupo, tarefas que envolvam pesquisa, organização de projetos comunitários, avaliações que incentivem a reelaboração do conhecimento, metodologias que permitam a discussão de ideias diferentes.

Mediar, com intencionalidade, as inúmeras ações presentes nas relações do contexto escolar pode contribuir para modificar muitas práticas sociais que geram rótulos, preconceitos e outras dificuldades nos relacionamentos interpessoais.

As relações sociais no contexto escolar

Na escola, há exemplos de muitas relações sociais: professor-alunos, aluno-aluno, professor-professor, professor-direção, direção-alunos, alunos-funcionários, professor-funcionários, direção-funcionários etc. E a forma como elas ocorrem vai dando origem a vários tipos de relações sociais: relações amistosas, relações complementares, relações íntimas, relações de dominação, relações de conflito etc.

Entre esses tipos, chamamos a atenção para as “relações de poder”, que podem desequilibrar uma situação, principalmente se uma das pessoas se julga mais importante, com mais conhecimento ou com mais prestígio que a outra e usa esse “poder” para controlar ou direcionar a relação.

Esse desequilíbrio, quando caracteriza a relação professor-aluno, pode interferir na aprendizagem e comprometê-la. O professor deve ficar atento para a ocorrência das relações de poder e suas consequências, a fim de modificá-las e provocar novas condições de aprendizagem.

Outra característica presente nas relações educativas, em especial na professor-aluno, é a existência ou não de uma relação de confiança. Essa relação deve ser entendida como uma qualidade do relacionamento entre as pessoas, que vai sendo trabalhada e construída para que elas conquistem um objetivo comum. Esse tipo de relação pode ser o ponto de partida para o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem.

Quantas vezes um aluno vai procurá-lo pedindo ajuda para realizar uma tarefa que nem sempre está relacionada à sua disciplina? Ou vai chamá-lo para interferir em uma discussão com um colega sobre um tema qualquer do cotidiano? Ou vai lhe mostrar, inseguro, as respostas de algum exercício e você o incentiva, validando suas tentativas?

Existem inúmeras oportunidades, mediante situações pedagógicas diversas, em que o professor pode desencadear uma relação de confiança: expressando seu interesse pelas iniciativas e comportamentos do aluno, atendendo-o de forma atenciosa, reconhecendo e validando seu esforço, acompanhando seu processo de aprendizagem quando perceber suas dificuldades em realizar alguma tarefa, sem desqualificar suas dúvidas, mostrando-se disponível para acolher suas inquietações. Veja outras atitudes que o professor pode ter para desenvolver uma relação de confiança com o aluno:

- procurar, ao longo do ano, mostrar ao aluno que está disponível para ensiná-lo, acompanhá-lo nas dúvidas, incentivando-o a avançar;
- valorizar os progressos do aluno e animá-lo nas suas dificuldades;
- não fazer distinção nem tratar de forma desigual os alunos;
- mostrar o caminho mais adequado às possibilidades do aluno, sem desmerecer suas tentativas;
- incentivar os trabalhos em grupos e valorizar as iniciativas coletivas.

Essas e inúmeras outras situações podem iniciar processos de construção de relações de confiança. Muitas delas, provavelmente, já estão presentes nas suas ações. Mas, quando elas ocorrem, geralmente são de modo intuitivo, sem que prestemos muita atenção à forma como torná-las ações preventivas, planejadas com intencionalidade e reflexão.

Considerações finais

As relações que se estabelecem entre os alunos e entre eles e o professor devem promover condições para que todos os envolvidos construam novos conhecimentos, habilidades e significados.

No contexto escolar, a qualidade das relações pode influenciar tanto no sucesso quanto no fracasso escolar. As relações entre professor e alunos são a base para a organização do trabalho em sala de aula.

Convém que todos os educadores percebam seu papel e sua responsabilidade nas relações que estabelecem na escola e consigam, pela mudança da qualidade dessas relações, promover uma cultura de sucesso no seu trabalho.

Referências

- ARAUJO, C. M. M. *Psicologia Escolar e o Desenvolvimento de Competências: Uma opção para a capacitação continuada*. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- ARAUJO, C. M. M.; ALMEIDA, S. F. C. de. *Psicologia Escolar Institucional: Desenvolvendo competências para uma atuação relacional*. In: ALMEIDA, S. F. C. de (Org.). *Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. Campinas: Alínea, 2003. p. 59-82.
- AQUINO, J. G. *Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos*. São Paulo: Summus, 2000.
- CHARLIER, E. Formar profissionais para uma formação contínua articulada à prática. In: PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; ALTET, M.; CHARLIER, E. (Org.). *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p. 85-102.
- CHARLOT, B. *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- CIFALI, M. Conduta Clínica, Formação e Escrita. In: PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; ALTET, M.; CHARLIER, E. (Org.). *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- CODO, W. (Org.). *Educação: carinho e trabalho*. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEMO, P. *Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *Saber pensar*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.
- DEPRESBITERIS, L. Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos? *Boletim Técnico* do SENAC, set/dez 2001. Disponível em: <www.senac.com.br>.
- FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia de Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 77-108.
- _____. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.
- GENTILI, P. Adeus a Escola Pública – A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia de Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em educação – Para além das teorias de reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- KRAMER, S. A formação do professor como leitor e construtor do saber. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.). *Conhecimento educacional e formação do professor – Questões atuais*. Campinas: Papirus, 1995.
- KRUPPA, S. M. P. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARINHO-ARAUJO, C. M.; ALMEIDA, S. F. C. *Psicologia Escolar: Construção e consolidação da identidade profissional*. Campinas: Editora Alínea, 2005.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 190-207.
- NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

_____. *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; ALTET, M.; CHARLIER, E. (Org.). *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, I. P. A. Avanços e equívocos na profissionalização do magistério e a nova LDB. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). *Caminhos da profissionalização do magistério*. Campinas: Papirus, 1998.

_____. (Org.). *Escola: Espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 2000.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Unidade 2



Conhecendo o adolescente

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- Identificar as características do desenvolvimento do adolescente no contexto sociofamiliar.
- Compreender o papel do adolescente como cidadão e sujeito ativo na transformação da escola e da comunidade.
- Relacionar o papel da escola e da família com a formação de valores e da identidade.

O QUE ABORDAREMOS NESTA UNIDADE?

Conheça a sequência didática:

Temática: Conhecendo o adolescente

Vídeo: *Quem vê cara não vê coração*

Texto:

O adolescente em desenvolvimento e a contemporaneidade

Exercício objetivo

Fórum de conteúdo:

Discutindo situações-problema



Destaques do tema



- O desenvolvimento humano é um processo biopsicossocial e contínuo de transformações da pessoa e seu grupo ao longo de sua vida.
- As características do desenvolvimento do adolescente no contexto sociofamiliar ocorrem de acordo com as condições sociais e culturais com as quais ele convive.
- A reconstrução da autoimagem e da identidade nas áreas social, sexual, cultural etc. baseia-se nas mudanças físicas que influenciam a maneira como ele se vê e é visto.
- A relação com os grupos de pares vai mudando com as fases da adolescência. No início vincula-se àqueles com os quais se identifica, de acordo com seus critérios e valores. Ao longo da adolescência, migra para outros grupos pela necessidade de exercer novos papéis sociais.
- As mudanças familiares e sociais acabam por influenciar as relações socioafetivas entre os adolescentes dos sexos masculino e feminino.
- O fim da adolescência é um processo complexo, que envolve um conjunto de transformações e conquistas interdependentes que levarão a definição progressiva da identidade adulta.



Assista ao vídeo 2 – *Quem vê cara não vê coração*

O vídeo mostra como os valores, mitos e conceitos de cada um afetam o relacionamento entre a direção de uma escola, os professores, os adolescentes e sua família.

Os adolescentes buscam afirmar sua identidade pela forma peculiar de falar, vestir, andar em grupos e frequentar os mesmos lugares.

Essa forma peculiar de expressão não lhes tira o direito de serem ouvidos e aceitos no seu ambiente familiar, escolar e na sociedade. Com a devida atenção e orientação, os adultos podem interagir com os adolescentes a fim de evitar riscos e outros problemas, entre os quais o abuso de drogas.

Resumo do vídeo – *Quem vê cara não vê coração*

A primeira atitude na relação entre a diretora Tereza e o adolescente Neto é a do preconceito, baseada na aparência dele que “não é confiável”, porque usa piercing, tatuagens, expressa-se por meio de gírias e se relaciona com amigos que se parecem com ele e pensam como ele. Mas esses jovens têm um propósito elogiável que é criar um comitê para ajudar outros adolescentes a evitarem doenças. A diretora, apesar de conservadora, conseguiu superar o preconceito e rever a imagem que tinha deles.

Muitas vezes, a imagem que se faz dos adolescentes não corresponde à realidade. A base de todo relacionamento, conforme foi demonstrado pela diretora Tereza, é a confiança e a crença de que o outro também é capaz, especialmente o adolescente, que possui um potencial inovador.

Aproveite este momento em que você e seus colegas estão juntos para compartilhar as suas experiências relacionadas ao tema da unidade de hoje.

Para refletir



Que tal discutir com seu grupo sobre estas questões?

- Algum preconceito está interferindo no seu relacionamento com os estudantes da sua escola? De que forma?
- Como sua escola tem tratado os adolescentes em relação à sua aparência e às suas ideias?
- Vocês consideram que existe espaço para o protagonismo juvenil em sua escola?
- Conhecem ações de protagonismo juvenil, desenvolvidas pelos alunos de sua escola? Qual a importância dessas ações na prevenção do uso de drogas?

Para aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto, apresentamos o texto a seguir, que o ajudará na compreensão do conceito de adolescência como uma fase do desenvolvimento da vida humana, e de como ultrapassar alguns mitos existentes sobre o adolescente.

O ADOLESCENTE EM DESENVOLVIMENTO E A CONTEMPORANEIDADE

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

O desenvolvimento humano é um processo global e contínuo de transformações da pessoa e seu grupo, na linha do tempo. Esse processo se inicia antes mesmo do nascimento, naquele momento em que a pessoa passa a existir para seus pais como um projeto de futuro.

Tudo aquilo que está no entorno de um ser em desenvolvimento afeta a dinâmica de suas transformações na linha do tempo: as pessoas, os significados culturais, o momento histórico, as experiências pessoais e sociais, as oportunidades positivas e também os riscos a que crianças e adolescentes podem estar expostos. Esses fatores influenciam, em maior ou menor grau, seu desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social. Da mesma forma, as conquistas derivadas do processo de desenvolvimento pessoal potencializam a capacidade de cada um também atuar criativamente, influenciando por meio do pensamento inovador, na transformação positiva de seu meio.

Uma narrativa exemplar desse fenômeno é a seguinte: conta-se que uma criança, ao ouvir da professora que os pais eram mais sábios e experientes que os filhos, pergunta-lhe: professora, quem inventou a lâmpada elétrica? A professora responde: Thomas Edson. A criança contra-argumenta: E por que não foi o pai dele?

Em suma, ninguém se desenvolve sozinho, todo desenvolvimento pessoal é um elo na cadeia de desenvolvimento da sociedade. Além de que, os processos de natureza biopsicossocial que ocorrem no curso de vida de um ser humano configuram um processo de dupla via, no qual afetam e são afetados de modo destacado pelo contexto histórico (caracterizado pela dimensão do tempo) e social (caracterizado pela presença e a influência de outros sociais, relacionados aos diversos ambientes em que cada um vive).

A princípio, as experiências vividas pela criança se tornam significativas para ela, à medida que são significativas para seu grupo social. O valor conferido à experiência infantil colabora para construir o solo sobre o qual cada um configura, de modo único, o senso de si. Cada mudança atual é condicionada pelas características anteriores da pessoa e acarretará efeitos, de forma mais ou menos previsível, sobre seu futuro. Entretanto, há eventos que são considerados pontos de ruptura, porque interrompem uma trajetória de desenvolvimento saudável, por causarem profundos traumas, crises e gerarem guinadas no curso de desenvolvimento. São exemplos disso as experiências de abuso, negligência ou grave violação de direitos na infância. Não devemos ignorar, entretanto, que a subjetividade é uma estrutura muito dinâmica e infinita e tem capacidade de se reconstruir mesmo diante de severas adversidades. Esta seria uma forte razão para que não percamos o otimismo quanto às possibilidades do ser humano mudar e se desenvolver e quanto ao nosso papel, enquanto educadores, de acreditar, mediar e favorecer essas mudanças.

Estamos seguros em dizer que a adolescência – período do curso de vida que mais nos interessa aqui – começa a ser construída na tenra infância. Uma criança feliz tende a se transformar em um adolescente saudável. Em outros termos, quando a criança encontra um nicho familiar e comunitário afetivamente seguro e comprometido com a garantia de seus direitos, a despeito das dificuldades econômicas e as possíveis vulnerabilidades que possam permear o meio social imediato, temos grande probabilidade de promover adolescências saudáveis. Infelizmente, notamos que o ambiente mais próximo da criança é aquele no qual, por várias razões, suas necessidades específicas de ser em desenvolvimento são muitas vezes ignoradas. Noutras, ainda que a família tenha uma estrutura afetiva sólida, não encontra suporte de uma rede social segura, nem conta com a adequada assistência para cumprir sua função de promoção de desenvolvimento dos filhos. Disso, podem ocorrer problemas que se tornam críticos na adolescência.

Decorre daí o consenso de que a passagem da infância para a adolescência, nas sociedades urbanas contemporâneas, conduz o adolescente a grandes mudanças comportamentais, relacionais e de valores. As transformações da adolescência fazem dos adolescentes, muitas vezes, um grupo visto como estranho ou incompreensível, quando olhado da perspectiva dos adultos, aspecto que contribui para os conflitos intergeracionais, além da prevalência de estereótipos e preconceito dirigidos a esse grupo.

Uma pergunta frequente entre educadores é:

Quem é o adolescente?

O primeiro pensamento que nos vem à mente sobre o adolescente quase sempre é pejorativo. Isso se confirma pelas expressões:



De onde surgiram essas ideias?

As ideias acima expressam mitos que se tornaram comuns e generalizados em razão das imagens de irresponsabilidade, intransigência, instabilidade emocional, imprevisibilidade etc., observadas apenas em determinados ambientes socioeconômicos e culturais.

Mas, em outros contextos, a adolescência é marcada pelo trabalho, disciplina e responsabilidade ante o sustento da família.

Percebemos que hoje há diversidade de experiências na fase da adolescência, de acordo com as condições sociais e culturais existentes:

- O contexto socioeconômico influencia comportamentos, expectativas de futuro, exigências sociais e formas de participação culturais seja na área urbana seja na rural.
- Também têm influência nos comportamentos e expectativas as experiências com famílias estruturadas segundo diferentes configurações sociais e sexuais, em zonas de violência, no seio de minorias religiosas e étnicas, como entre indígenas, migrantes estrangeiros etc.

Em cada um desses contextos, a adolescência está associada a diferentes condições de inserção ou exclusão social e guarda diferentes formas de ser e estar no mundo, que devem ser identificadas e compreendidas por nós.

A seguir, desenvolvemos quatro temas sobre a evolução do conceito de adolescência e suas implicações no papel social, familiar e escolar:

- o conceito de adolescência: aspectos históricos;
- adolescência e cultura;
- o desenvolvimento psicológico na adolescência;
- a adolescência no contexto da contemporaneidade.

O conceito de adolescência: aspectos históricos

Em nossa língua, o termo adolescência tem duas características distintas:

Termo	Significados	
Adolescência = <i>Adolescere</i> (verbo latino)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Amadurecer ■ Crescer ■ Desabrochar 	O amadurecimento ocorre no corpo biológico caracterizado pelas transformações da puberdade e pela estrutura psicológica.
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Adoecer 	O adoecimento está relacionado aos vários aspectos da crise psicossocial atravessada pela pessoa durante o período da adolescência.

A **puberdade**, característica do amadurecimento do adolescente, pode ser compreendida como um fato natural, contudo, ao longo da história da humanidade, a adolescência se apresenta como um processo proveniente de transformações socioculturais. Vejamos a nossa história:

Até o século XII, falava-se sobre adultos jovens, mas não sobre adolescentes. Na Idade Média, a atividade de trabalho estava associada à produção artesanal e ao comércio; não havia, de fato, separação entre vida e trabalho, entre socialização familiar e profissional. Tão logo as crianças conquistavam autonomia motora, os espaços de brincadeira passavam a se misturar aos das oficinas de trabalho e contribuíam para que a transmissão do ofício se desse de modo quase natural.

Com o advento da Modernidade, houve uma crescente necessidade de conhecimentos especializados na área técnico-científica para a produção do trabalho e também aumentaram as exigências de preparação das pessoas para a entrada no mundo profissional.

A escola passou a representar o espaço responsável por essa preparação, assim como lugar de “tempo de espera” da oportunidade de acesso ao trabalho formal. Tudo isso contribuiu para a necessidade de formalização da educação e resultou na progressiva separação entre as formas de vida das crianças e dos adultos.

A Modernidade promoveu o desenvolvimento econômico, social, científico e financeiro em todo o mundo e ocasionou o aumento populacional. Com essas mudanças, ficou cada vez mais evidente a separação entre o fim da infância e o início da vida adulta, embora não haja uma definição social precisa para o intervalo entre esses dois momentos.

Adolescência e Cultura

Os estudos antropológicos, desenvolvidos no início do século XX sobre a adolescência e a juventude em culturas exóticas, confirmaram que a puberdade é um fenômeno natural da espécie humana. No entanto, o seu significado difere culturalmente por causa das práticas observadas em cada povo.

Vejamos um exemplo comparativo entre a cultura ocidental e a cultura Manu.



Nesse caso, a puberdade também é vista como um fato cultural.

Outras evidências das diferenças culturais

Grande parte dos grupos sociais de culturas distintas registra a passagem da infância para a idade adulta por meio de manifestações cerimoniais. Nesses ritos de passagem, o amadurecimento físico é associado à ideia de morte simbólica da criança para o nascimento de um novo adulto.

- Para cada pessoa, os ritos de passagem assumem uma forma de preparação (quarentenas, isolamento social) e de desfecho (rituais de suplício, dramatização da morte/renascimento, festas, celebrações etc.).
- Para o grupo, a pessoa que inicia o ritual está na condição de criança e, ao terminar, adquire novo *status* social, a condição de adulto. Assim, o rito de passagem demarca a maioridade social do adolescente.



Nas sociedades ocidentais modernas, ao contrário, os ritos de passagem foram suprimidos e substituídos por uma longa fase intermediária entre a infância e a vida adulta.

Eventos como festa de debutante, maioridade civil e o primeiro emprego assumem, nessas sociedades, parte do significado e da função representada pelos rituais nas sociedades arcaicas.

A adolescência, além de fazer parte de uma construção histórica e de uma produção cultural, também expressa as formas singulares de como cada pessoa é, vive e sente a transição da infância para a vida adulta. Essa transição pode ser compreendida pelo estudo do desenvolvimento psicológico.

Desenvolvimento psicológico na adolescência

Em razão da abrangência e profundidade desse tema, vamos abordá-lo em quatro contextos:

- Reconstrução da autoimagem e senso de identidade.
- Mudança de significação da relação com os pais.
- Novo significado da relação com o grupo de pares: aspectos sociais e afetivos.
- Elaboração de perspectivas de futuro: projeto de vida nos planos afetivo, profissional e moral.

a) Reconstrução da autoimagem e senso de identidade

Tudo começa com os pelos que surgem no rosto, nas axilas ou simultaneamente, na região pubiana. Mudam os odores, as formas, o peso, as características do cabelo e da pele. Nariz, mãos, orelhas e pés crescem de modo desproporcional. Novas sensações e reações diante do sexo oposto, às vezes, fogem ao controle voluntário.

Um belo dia, o adolescente chega em frente ao espelho e não se reconhece na imagem que ali encontra. Isso ocorre porque a própria imagem, construída ao longo da infância, entra em choque com o novo corpo, causando na pessoa uma sensação de estranheza, desconforto.

Muitas vezes, o mal-estar é acentuado por causa da inadequação entre as características físicas assumidas pelo corpo do adolescente e os padrões estéticos reconhecidos na cultura ou impostos pela mídia e pela sociedade em geral.

Especialmente as adolescentes sofrem com a impossibilidade de atender ao modelo de corpo esguio exigido, em razão de estarem passando por uma fase da vida em que o acúmulo de gordura, o arredondamento dos quadris e o aumento dos seios seguem um ritmo ditado pelos hormônios, tudo isso foge ao autocontrole.

O que se conclui, então, é que o efeito psicológico provocado pelas transformações corporais é fortemente condicionado pela forma como os adolescentes reagem às próprias mudanças físicas experimentadas. A maneira como os adolescentes se veem e são vistos interfere na sua autoimagem e autoestima.

Assim, é parte dos processos psicológicos da adolescência a aceitação do novo corpo e sua incorporação à autoimagem, de forma integrada e sistêmica.

A reconstrução da autoimagem corporal é uma dimensão significativa da construção da identidade do adolescente na área social, sexual, cultural etc.

b) Mudança de significação da relação com os pais

Além das mudanças corporais, a marca psicológica mais importante do adolescente em nossa sociedade é tornar-se independente dos pais. Se, durante os primeiros anos da vida, grande parte dos significados, valores e crenças que orientavam a atividade da criança eram dados pelos pais, na adolescência a pessoa assume valores próprios, numa perspectiva de autonomia em relação aos pais.

Separar-se dos pais não exige a separação física, mas necessariamente a separação simbólica.

Separar-se nesse nível é poder pensar de modo diferente da família, rever suas visões de mundo, considerar outras opções de futuro. Tal separação simbólica é importante para dar ao adolescente os meios necessários para assumir as próprias posições, seus desejos e projetos, ainda que ultrapassem o que foi projetado originalmente pelos pais.



Nos relacionamentos durante o período da adolescência, muitos autores consideram a existência de crise como resultante:

- da rejeição da autoridade dos pais;
- dos conflitos de gerações;
- da crítica dos valores e modos de vida da família do adolescente.

No entanto, sabemos que tal crise, se é que existe, não atinge apenas o adolescente. Na mesma fase do ciclo de vida familiar em que os filhos chegam à adolescência, os pais atingem a meia-idade, acumulam mais responsabilidades no trabalho e passam a ter várias exigências do grupo familiar. Ao mesmo tempo, é a fase em que, quando avaliam suas realizações, ressentem-se dos projetos adiados e das próprias frustrações. Nesse sentido, os conflitos que eventualmente emergem são provenientes de questões pessoais próprias e não mero efeito da crise adolescente.

c) Novo significado da relação com o grupo de pares: aspectos sociais e afetivos

O grupo formado pelos amigos e colegas de escola da mesma idade passa a assumir, na adolescência, significado diferenciado do que era na infância.

As diferenças observadas são:

Criança	Adolescente
<p>É dependente afetiva, social e economicamente da família.</p> <p>Relaciona-se com pares escolhidos pelos pais.</p>	<p>É mais independente.</p> <p>Tem mobilidade no espaço social.</p> <p>Realiza maior número de atividades não compartilhadas com a família.</p> <p>Convive com maior diversidade econômica, social e étnica.</p> <p>Compartilha uma parte significativa de seu tempo com outros adolescentes e jovens, na escola, no lazer, e nas atividades culturais.</p> <p>Faz escolhas e identificações sociais sem a interferência direta da família.</p>

O adolescente se aproxima e se vincula àqueles com os quais ele próprio se identifica, a partir de critérios e valores que não necessariamente expressam os da família. Esses valores contribuem para que o grupo de pares de idade passe a ter grande importância em diferentes dimensões da vida do adolescente.

A importância dos pares se traduz no sentimento de lealdade ao grupo, na intimidade entre seus membros, no compartilhamento de segredos, na adesão de cada um à imagem visual do grupo e na forma de expressar comportamentos grupais como rebeldia, transgressão, uso de drogas etc. Esse comportamento é assumido pelo adolescente no contexto coletivo, em nome da unidade do grupo, ainda que não seja a orientação individual que ele possui.

Além da importância do grupo nos processos de socialização do adolescente, identificamos nele um papel fundamental na orientação dos vínculos afetivos e sexuais.

Ao longo da adolescência, as pessoas vão migrando de grupos de mesmo sexo para grupos heterossexuais.

O segundo grupo constitui um contexto importante de transações entre gêneros, que prepara o adolescente para os papéis sociais a serem desempenhados nas futuras relações sexuais.

Essa etapa de experimentação de papéis de gênero também tem-se prolongado com o alongamento da adolescência e o adiamento do casamento entre as novas gerações.

É comum ocorrer desintegração do grupo na transição para a vida adulta, em razão da perda de seu significado, em face das demandas dos novos papéis sociais adultos assumidos. Nesse novo contexto, apenas as amizades mais verdadeiras são preservadas.

Elaboração de perspectivas de futuro: projeto de vida no plano afetivo e profissional

Enquanto podemos ter clareza quanto ao início da adolescência, identificado pelos eventos da puberdade fisiológica, o mesmo não podemos dizer quanto ao seu fim. As marcas que definem se alguém deixou de ser adolescente sofrem profundas modificações conforme a cultura.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, a assunção de um projeto de vida, a realização de escolhas amorosas e a conquista da autonomia financeira encontram-se entre os indicadores do fim da adolescência. Entretanto, o maior tempo necessário à realização dessas conquistas tem contribuído para o alongamento da adolescência.

Adolescência no contexto da contemporaneidade

Contemporaneidade é um termo que indica o período histórico iniciado na segunda metade do século XX, marcado mundialmente pela necessidade de ajuste:

- nas mudanças na esfera política: crise do socialismo, novos estilos de conservadorismo;
- nas relações econômicas internacionais, marcadas pelos contrastes econômicos, dependência entre países em desenvolvimento e aqueles que detêm o capitalismo central, existência de desemprego e de pobreza etc.

As mudanças na família, com a inserção mais expressiva da mulher no mercado de trabalho, e as novas configurações familiares, advindas do divórcio, dos casais com orientação sexual não tradicional etc. têm impactos sobre os filhos, na condição de seres em desenvolvimento.

A diminuição do tempo compartilhado entre pais e filhos também ocorre na adolescência, momento em que essa situação se intensifica. Como o adolescente vive a necessidade de se reconhecer e ser reconhecido como pessoa autônoma, ele tende a buscar essa autonomia por meio do afastamento dos pais e passa a encontrar nos amigos o acolhimento e o diálogo, antes buscados nos pais.

A exposição intensiva à TV afeta a formação do pensamento das crianças e dos adolescentes à medida que ela representa, ao mesmo tempo, um cuidador (babá eletrônica), um antídoto contra a solidão e uma importante alternativa de lazer. O número elevado de horas de exposição à TV contribui para inserir crianças e adolescentes em cadeias de consumo, tanto por meio das propagandas, como da “pedagogia” inscrita no formato e nos conteúdos da programação infanto-juvenil.

Considerações finais

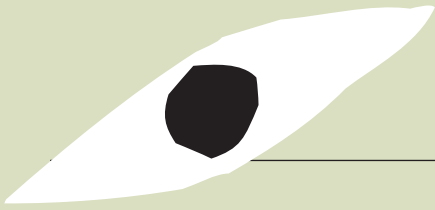
As mudanças familiares e sociais acabam por influenciar as relações socioafetivas. Na adolescência, as relações entre os gêneros mudam de significado em relação à infância. Isso ocorre por causa da relação sexual e erótica dos afetos, que vem em decorrência da maturação sexual.

Se o adolescente já é, em geral, inseguro, no campo das relações afetivas, essa insegurança se intensifica por causa das mudanças nas relações de gênero na contemporaneidade.

Estudos evidenciam que o gênero feminino, por ter um papel protagonista nas mudanças sociais em curso, tem expressado alterações mais significativas em relação a valores como família, casamento, namoro, trabalho, sucesso e ascensão social. As adolescentes também se apresentam sensíveis a essas mudanças do mundo adulto.

Referências

- ABERASTURY, A. *Adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.
- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- BERGER, K. S. *O Desenvolvimento da pessoa: da infância à terceira idade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003.
- BLOS, P. *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CARVALHO, V. B. C. *Desenvolvimento Humano e Psicologia*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- CASTRO, L. R. *Infância e adolescência na sociedade do consumo*. Rio de Janeiro: Nau, 1998.
- COLE, M.; COLE, S. R. *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FREUD, S. *As transformações da puberdade*. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, v. 7, 2006.
- GALLATIN, J. E. *Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da psicologia da adolescência*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1978.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LEVISKY, D. L. *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- MARGULIS, M. Juventud: una aproximación conceptual. In: BURAK, S. (Org.). *Adolescencia y Juventud en America Latina*. Cartago, Costa Rica: L.U.R, 2001.
- OLIVEIRA, M. C. S. L. *Internet e educação: uma análise das novas mediações nos processos de interação e construção de conhecimentos*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Subjetividade e conhecimento: do sujeito da representação ao sujeito dialógico. *Revista Fractal*, 15(2), 2003, p. 33-52.
- _____. *O adolescente como pessoa em desenvolvimento e a contemporaneidade*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004.
- OZELLA, S. *Adolescência: uma perspectiva crítica*. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.
- QUAPPER, K. L. Juventud o juventudes? Acerca de como mirar a las juventudes de nuestro continente. In: BURAK, S. (Org.). *Adolescencia y Juventud en America Latina*. Cartago, Costa Rica: L.U.R, 2001.
- SOUSA SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.
- VALSINER, J. Social transformation of the self in adolescence. In: *Human development and culture: the social nature of personality and its study*. Lexington: Lexington Books, 1989.



Anotações

Unidade 3



Adolescentes e a proteção no âmbito das políticas públicas

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- Sensibilizar a comunidade escolar quanto às políticas de proteção ao adolescente em situação de risco pelo envolvimento com as drogas.
- Identificar situações de risco relacionadas ao uso de drogas e o papel da escola nas ações de prevenção e proteção integral aos adolescentes, contextualizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O QUE ABORDAREMOS NESTA UNIDADE?

Conheça a sequência didática:

Temática: Adolescentes e a proteção no âmbito das políticas públicas

Vídeo: *Mal na foto*

Texto:

A proteção de adolescentes em situações de risco pelo envolvimento com drogas

Exercício objetivo

Fórum de conteúdo:

Discutindo situações-problema



Destaques do tema



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera as crianças e os adolescentes como seres humanos em desenvolvimento e atribui à família, à sociedade e ao Estado, em regime de responsabilidade compartilhada, a função de protegê-los.

Princípios norteadores do ECA:

- Crianças e adolescentes são cidadãos, sujeitos de direitos.
- Toda a sociedade deve envolver-se na garantia desses direitos.
- Substitui-se a sanção pela proteção.

Ao longo do tempo, a visão do usuário e do dependente de drogas vem se modificando, superando os preconceitos e o estigma de delinquência.

Propostas e ações que oferecem perspectiva de valorização da juventude:

- Pacto pela Paz (2002), como agenda de enfrentamento da violência.
- Estatuto da Juventude, com o objetivo de propor e acompanhar a consolidação de políticas em saúde, educação, trabalho e justiça como parte do Plano Nacional da Juventude.
- Programa Primeiro Emprego.



Assista ao vídeo 3 – *Mal na foto*

Esse vídeo ilustra a importância da escola na construção de uma rede social de proteção eficaz para o adolescente.

As drogas estão presentes em todos os espaços da sociedade, inclusive no universo escolar. Pesquisas recentes com alunos, pais e integrantes do corpo técnico-pedagógico de diversas capitais brasileiras indicam a presença de drogas nas imediações da escola.

A escola aparece como alvo potencial dos traficantes, que podem ultrapassar os limites do muro escolar. Porém, esse contexto de dificuldades é passível de mudanças por meio de ações, diálogo, proteção e prevenção, o que mostra que a escola também pode contribuir para a diminuição do uso de drogas.

É preciso transformar as escolas mais vulneráveis em escolas mais protetoras e também mais protegidas.

Resumo do vídeo – *Mal na foto*

Henrique é um aluno envolvido com drogas e sob ameaças por dívida com traficantes. A situação de risco que ele vive mobilizou toda a escola: direção, funcionários e colegas, que se surpreenderam, tomando várias iniciativas para ajudá-lo. A abordagem integrada da diretora e do funcionário foi primordial, incluindo a parceria com a ronda comunitária para a segurança do bairro. Face à compreensão, ao apoio e à iniciativa da escola em protegê-lo, Henrique fica sensibilizado, propondo-se a deixar as drogas.

Nesse caso, a escola assumiu uma ação adequada como parte integrante de uma rede social de proteção.

Observa-se que a escola está se transformando e passa a tratar o adolescente como ser em desenvolvimento e sujeito de direitos, sobretudo, quando em situação de risco como, por exemplo, no envolvimento com drogas.

Para refletir



Aproveite este momento e discuta com seus colegas:

- Vocês já viveram ou testemunharam, em sua escola, situação parecida com a vivida pelo funcionário Gabriel e pela diretora Glória?
- Que outras formas haveria para encaminhar a situação?
- Suponha que você seja um representante da comunidade, como um membro do Conselho Tutelar, chamado a opinar no caso de Henrique. Como você atuaria nesse caso?
- Como tem sido a experiência da escola com alunos sob ameaça relacionada com a compra de drogas?
- Quais soluções vêm sendo adotadas pela escola na abordagem de alunos em situação de risco pelo envolvimento com drogas? O que, em sua opinião, deu certo? O que deu errado?

Vamos aprofundar esse assunto lendo o texto a seguir.



A PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PELO ENVOLVIMENTO COM DROGAS

Maria Inês Gandolfo Conceição

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Agora que compreendemos melhor os conceitos de adolescência e o papel da família e da escola nesse processo de desenvolvimento, passemos a discutir o tema da proteção necessária aos adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas e violência.

Nosso objetivo é contextualizar as ações de proteção nas políticas públicas, expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas diretrizes do governo brasileiro para a Saúde, Educação e Trabalho. Para isso procuramos discutir os referenciais da proteção integral, a partir do ECA e da revisão de políticas públicas brasileiras atuais para a adolescência e a juventude.

Histórico das políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes em risco social

Até muito recentemente, não havia, na legislação brasileira, instrumentos jurídicos que apresentassem os deveres do Estado em relação à infância e à adolescência. Os poucos documentos existentes se focavam na chamada “situação irregular”, casos de violência, risco ou abuso, condições em que se passava da situação social de crianças e adolescentes à de “menores”.

■ Antes da década de 1980

As crianças das classes populares eram representadas como “bandidos em potencial”. Considerava-se que, se essas crianças fossem afastadas de seus lares, por meio da institucionalização, as situações de risco associadas à pobreza seriam prevenidas. As famílias, por suas condições precárias de vida, eram consideradas incompetentes para promover o desenvolvimento adequado das crianças. Assim, a responsabilidade pela situação de risco era atribuída exclusivamente à família, abertamente desqualificada em sua função. Hoje, essa responsabilidade se amplia também para o sistema social vigente. As políticas públicas no setor limitavam-se a combater os sintomas da marginalidade, sem atacar propriamente suas bases.

■ No início dos anos 1980

O instrumento jurídico que passou a inspirar as práticas sociais na abordagem da questão foi o Código de Menores, criado em outubro de 1979, cujo texto se orientava, fundamentalmente, para a integração sociofamiliar do “menor”, modificando a visão do problema. Na realidade, o Código trouxe poucas transformações às ações correntes. As principais críticas a ele feitas, pelos documentos que fundamentaram a criação do atual Estatuto da Criança e do Adolescente, centram-se no seu caráter arbitrário e na adoção das noções de menor em situação irregular e de periculosidade, o que legitimava qualquer mandado judicial de reclusão.

A mobilização da sociedade civil para promover mudanças na linha de atuação com os menores, iniciada em 1980, consolidou-se na Constituição de 1988, que prevê e propõe políticas sociais e ações especiais com vistas à garantia de direitos à infância e à adolescência.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

Inovações do ECA

As principais inovações do ECA do ponto de vista jurídico foram os avanços na explicitação e na regulamentação dos direitos e garantias das crianças e dos adolescentes. Passa-se a considerá-los como seres humanos em desenvolvimento, portanto, dignos de proteção especial pela família, sociedade e Estado, em regime de responsabilidade compartilhada.

A visão da proteção integral

A grande transformação advinda da criação do novo estatuto é a mudança no enfoque: em vez de proteger a sociedade dos menores infratores, propõe-se garantir a proteção à criança e ao adolescente na condição de seres em desenvolvimento. Esses passam a ser concebidos não mais como meros objetos de medidas judiciais e sim como pessoas de direito.

Como lei ordinária, o ECA dá corpo aos dispositivos da Constituição Brasileira de 1988, que garantem às crianças e aos adolescentes direitos relativos a todas as dimensões do desenvolvimento humano: física, intelectual, emocional, moral, espiritual e social.



Participação da sociedade

Outro grande avanço dado pela nova lei diz respeito às ações complementares entre a sociedade civil e o governo por meio dos Conselhos de Direito e Tutelar. Com a mudança no papel da sociedade em relação à proteção integral da infância e da adolescência, sua participação nas ações deixa de ser apenas voluntária e filantrópica e torna-se ativa e comunitária. A lei ressalta a importância das ações conjuntas do governo e da sociedade.

Princípios filosóficos do ECA

- a) Crianças e adolescentes são cidadãos e sujeitos de direitos, tais como: direito à vida, saúde, educação, lazer, participação cultural e dignidade.
- b) Envolvimento de toda a sociedade na garantia desses direitos.
- c) Descentralização e cooperação entre os órgãos na formalização de políticas e no atendimento à criança e ao adolescente. Devem-se promover parcerias entre os Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente, constituídos em nível municipal e estadual, e os órgãos não-governamentais, que atuam na execução e terceirização de serviços.
- d) Criação de novos mecanismos de controle e fiscalização da aplicação das normas pertinentes à infância e à juventude, dos quais um deles é o Ministério Público, de caráter administrativo, ou seja, sem a intervenção do juízo, e o outro, de caráter judicial, com apreciação da autoridade judiciária.
- e) Substituição do modelo da sanção pelo da proteção:
 - definição dos agentes sociais responsáveis pela proteção – família, sociedade e Estado – com divisão de responsabilidades e papéis específicos;
 - ênfase na prevenção e na promoção social em lugar da sanção, por meio da educação, nas instituições sociais encarregadas, bem como na Justiça.
- f) Mudanças nos termos de referência:
 - criança e adolescente, em lugar de “menor”.
 - sujeito em conflito com a lei, em lugar de “delinquente”.
 - ato infracional, em lugar de “delito”.
 - medida socioeducativa, em lugar de “pena” ou “punição”.

Essas mudanças visam superar os preconceitos em torno das crianças e adolescentes pobres e marginalizados, objetos privilegiados das ações vinculadas ao Código anterior. Passam a caracterizar todas as crianças e adolescentes como dignos da proteção da sociedade, que deve fornecer-lhes plenos meios de promoção do desenvolvimento integral.

Medidas em defesa dos direitos da criança e do adolescente

Para garantir os direitos das crianças e adolescentes, o ECA estabelece medidas específicas de proteção e medidas socioeducativas.

Medidas de proteção

Essas medidas têm por objetivo prevenir o desrespeito aos direitos, por meio de ações que vão desde a orientação e o acompanhamento às crianças, aos adolescentes e a seus pais, com o envolvimento de programas comunitários de apoio à família, até o abrigo em entidades ou a colocação em família substituta.

No caso de comprovado envolvimento com drogas, o ECA prevê o encaminhamento do adolescente a programas de orientação e tratamento.

Medidas socioeducativas

São aplicadas pelo juiz da Vara da Infância e Juventude medidas socioeducativas quando se verifica a prática de ato infracional pelo adolescente.

Variam desde a simples advertência, passando por obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, até a internação em estabelecimento educacional, em regime de privação de liberdade, conforme as circunstâncias e gravidade do ato.

A evolução das medidas socioeducativas dependerá da resposta do sujeito à intervenção da Justiça (bom comportamento, matrícula e frequência à escola, apoio de sua família e de outras redes sociais etc.); dependerá também da diligência do técnico responsável pelo acompanhamento da medida e do próprio juiz da infância e da adolescência, que tem o poder de suspender ou conceder progressão de medida.

A visão da proteção e o adolescente em risco pelo uso de drogas

Na atualidade, percebe-se a estreita relação entre a prática de ato infracional e o uso abusivo de drogas. A especificidade dessa relação nos solicita uma reflexão consistente:

Como, historicamente, a sociedade brasileira tem considerado o adolescente usuário de drogas?

A compreensão sobre o fenômeno do consumo de drogas esteve, por muito tempo, limitada a uma relação linear do tipo causa e efeito e negligenciou-se a complexidade das relações envolvidas no fenômeno. Essa perspectiva da complexidade dos fenômenos relacionados com o uso de drogas, que vai além do usuário e da droga, será aprofundada mais adiante.



Usuário ≠ Traficante

Ao se considerar a questão das drogas, é importante diferenciar o usuário do traficante.

O **usuário** é a pessoa que adquire a droga para consumo próprio, seja dependente ou não.

O **traficante** é aquele que produz ou comercializa determinada droga ilícita.

Para a Justiça determinar se a droga destina-se ao consumo pessoal, no caso de maiores de idade, é necessário analisar a quantidade da substância, as condições da apreensão e as circunstâncias sociais e pessoais do portador.

Para mais informações, veja a Lei n. 11.343/06 e/ou acesse o site: <<http://www.senad.gov.br/>>

Penas alternativas para usuários e dependentes

A legislação brasileira sobre drogas, datada da década de 1970, não fazia a diferenciação entre traficantes, usuários e dependentes para efeitos criminais. As novas políticas e legislações têm gerado uma mudança de paradigma: propõem a extinção da pena de prisão para usuários e dependentes que serão submetidos a penas alternativas e encaminhados a tratamento médico gratuito não compulsório.

Nesse aspecto, as propostas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e as políticas públicas brasileiras convergem, ao tratarem o dependente como “doente” e não como “delinquente”. Assim, os usuários e dependentes de drogas que foram outrora tratados como bandidos passam a ser considerados pessoas que precisam de ajuda ou orientação.

Embora a nova abordagem contribua para uma visão mais humanitária dessas pessoas, a sociedade continua a considerar o usuário de drogas criminoso, moralmente desajustado, patrocinador do tráfico etc.

Adolescente usuário de drogas

Para o adolescente, as drogas, tanto lícitas como ilícitas, fazem parte da vida social, das festividades, da inserção no grupo, embora nem todos façam uso delas.

Em geral, o adolescente tem resistência em admitir que o uso de drogas pode lhe causar problemas e gerar uma dependência, o que dificulta a abordagem da questão. Além disso, o preconceito em torno do usuário

reforça a clandestinidade em que se inserem as práticas de consumo e limita nossa compreensão mais global do fenômeno e as possibilidades de intervenção.

Historicamente, o adolescente usuário de drogas tem sido tratado ora como doente, ora como criminoso e as abordagens que acompanham essa visão dualista têm-se mostrado insuficientes e ineficazes na prevenção e no encaminhamento de soluções para o uso de drogas.

A visão da proteção e o adolescente em risco pela violência

Mortalidade juvenil – novos padrões

As estatísticas têm mostrado que, ao contrário do que se diz, os jovens brasileiros são muito mais vítimas da violência do que agressores. O Mapa da Violência produzido pela UNESCO-Brasil, em fevereiro de 2002, revela:

Enquanto a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 para 573 óbitos em 100 mil habitantes, em duas décadas (de 1980 a 2000), a taxa referente aos jovens cresceu, passando de 128 para 133 mortes, a cada 100 mil habitantes, no mesmo período, fato já altamente preocupante. Ademais, a mortalidade entre os jovens não só aumentou, como também mudou sua configuração. A partir desse fato, pode-se verificar que há novos padrões de mortalidade juvenil.

As epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas, foram sendo substituídas, progressivamente, pelas denominadas “causas externas” de mortalidade, principalmente os acidentes de trânsito e os homicídios.

Importante

- Os dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade permitem verificar as causas externas de mortalidade (acidentes de trânsito e homicídios).
- Em 1980, as “causas externas” já eram responsáveis por 52,9% do total de mortes de jovens no País.
- Vinte anos depois, dos 45.310 óbitos juvenis, 31.851 foram originados por causas externas, por isso esse percentual se elevou de forma drástica. Em 2000, acima de 2/3 das mortes (70,3%), entre nossos jovens, ocorreram por causas externas, das quais a principal é o homicídio.
- No conjunto da população, somente 12,2% do total de mortes no País são atribuíveis a causas externas. Já entre os jovens, tais causas são responsáveis por mais de 70% dos óbitos.
- Se na população total o homicídio é a causa de 4,7% dos óbitos, entre os jovens, chega a 39,3% das mortes.
- Em alguns estados como Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, as mortes de jovens por homicídio representam cerca de 50% ou mais. Os acidentes de transporte são responsáveis por 14,2% dos óbitos juvenis, e os suicídios, por 3%. Em conjunto, essas três causas são responsáveis por mais da metade dos óbitos juvenis.
- Esses dados evidenciam que, entre os jovens, até o direito à vida se encontra em risco e necessita de atenção especial.

Onda jovem no Brasil

A partir da década de 1980, a sociedade brasileira empreendeu grandes esforços na consolidação de políticas públicas voltadas à redução da mortalidade na primeira infância. Doenças como a poliomielite e grande parte das viroses infantis foram erradicadas. Um importante trabalho de saúde da família foi desenvolvido nas diferentes regiões do País para reduzir as mortes por desidratação, problemas da água e baixa qualidade nutricional. Essas ações, aliadas à universalização da educação básica (em 1996 alcançou-se o recorde brasileiro

de matrículas escolares, com 96% das crianças em idade escolar na escola), contribuíram para que o Brasil, durante a década de 1990, alcançasse a chamada onda jovem.

Esse fenômeno ocorre quando certo país atinge, como resultado do aumento da qualidade e expectativa de vida, um ponto ótimo na relação entre população jovem e idosa, de tal forma que a economia nacional pode contar com um número expressivo de trabalhadores jovens e de baixa remuneração, quando a geração anterior ainda se encontra em idade produtiva, o que dispensa altos investimentos em previdência social.

Diferentemente de outros países, como os chamados tigres asiáticos, cujo acelerado desenvolvimento econômico “pegou carona” na onda jovem, no Brasil deixamos de aproveitar essa oportunidade, não apenas em decorrência da falta de postos de trabalho para o jovem, fruto da economia recessiva, mas também porque estamos perdendo uma parte de nossos jovens pelo acirramento da violência e das práticas de risco, que não conseguimos evitar.

Considerações finais

Esperamos ver esse quadro alterado com as recentes ações de valorização da juventude implementadas nos últimos anos. As propostas aprovadas pela IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2002) se resumem no “Pacto pela Paz”, que envolve uma agenda de enfrentamento da violência, da qual crianças e adolescentes são considerados as maiores vítimas.

Entre as ações, encontramos o Estatuto da Juventude, que foi discutido durante o primeiro semestre de 2004 na Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude da Câmara dos Deputados. O Estatuto tem o objetivo de propor e acompanhar a consolidação de políticas nas áreas de saúde, educação, trabalho e justiça, entre outras, como parte do Plano Nacional da Juventude.

Uma grande conquista recente para os jovens brasileiros foi a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Juventude pelo Congresso Nacional, em 13 de julho de 2010. A PEC, agora transformada na Emenda Constitucional n. 65, insere o termo jovem no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, suprimindo uma lacuna e assegurando ao segmento direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres.

Destaca-se ainda o Programa Primeiro Emprego, que visa a envolver empresas de diferentes portes em parceria com o Governo Federal, na oferta de postos de trabalho a adolescentes e jovens de 16 a 24 anos sem experiência prévia.

Esses são alguns exemplos de que o quadro preocupante em torno das condições de vida dos jovens brasileiros pode vir a se alterar, em breve, de modo favorável a eles e à sociedade. Para a efetiva concretização dessas propostas, é fundamental que a sociedade civil organizada exerça sua responsabilidade no acompanhamento e controle social das políticas e ações.

É tarefa de todos transpor essas propostas do papel para a realidade, de modo que criem impacto efetivo na qualidade de vida e perspectiva de futuro dos jovens e adolescentes.

Referências

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (2000). Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1982.

BRASIL. *Relatório preliminar da comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

BULHÕES, A. N. A. Depoimento na audiência pública sobre a redução da maioridade penal de 18 anos para 16, realizada em 10/11/1999. In: BULHÕES, A. et al. *A Razão da Idade: mitos e verdades*. Coleção Garantia de Direitos. Série Subsídios. Tomo VIII. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001, p. 13-23.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Conferência Nacional da Juventude*. Disponível em: <<http://www.conferenciadejuventude.com.br/index.asp?opcao=grupodiscussao>>. Acesso em: 17 jun. 2004.

CHENIAUX, S. *Trapaceados e trapaceiros: o menor de rua e o serviço social*. São Paulo: Cortez, 1982.

FARIA, V. A montanha e a pedra: os limites da política social brasileira e os problemas de infância e de juventude. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.) *O Trabalho e a Rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez Editora, UNICEF, FLACSO, CBIA, 1993, p. 195-225.

MARREY, A.; CAMARGO, A.; GUERRIERO, M.; STOCO, R. *Menores: legislação, estudo das medidas judiciais, e das medidas de caráter social, do código de menores*. Anotações. Índices Analíticos. Modelos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Programa Primeiro Emprego*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/programas/primeiroemprego/conteudo/programa.asp>>. Acesso em: 17 jun. 2004.

NOGUEIRA, M. P. *Teatro com meninos de rua*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 1993.

OLIVEIRA, B. A. B. Uma visão crítica da política do menor. *Psicologia: ciência e profissão*, 1988, v. 1, p. 7-9.

Unidade 4



A escola em rede: legislação e políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- Identificar as diretrizes das políticas públicas e legislação brasileira sobre drogas na forma como orientam as ações de prevenção do uso de drogas.
- Reconhecer a escola como espaço de convergência das políticas públicas integradas de saúde e educação.
- Valorizar a abertura da escola para a comunidade na construção de parcerias e na mobilização de redes sociais para um trabalho comunitário institucional.

O QUE ABORDAREMOS NESTA UNIDADE?

Conheça a sequência didática:

Temática: A escola em rede: legislação e políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas

Vídeo: *Bola na rede*

Textos:

Programas de promoção de saúde integrados na política nacional de educação: o papel da escola na prevenção do uso de drogas

A política e a legislação brasileira sobre drogas

Escola em rede: políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes

Exercício objetivo

Fórum de conteúdo:

Discutindo situações-problema



Destaques do tema



- Territorialidade, Intersetorialidade, Educação Integral e Saúde Integral são conceitos fundamentais para a compreensão das políticas públicas dirigidas à educação e à saúde.
- A escola é espaço privilegiado para a construção de aprendizagens democráticas, populares, inclusivas e plurais.
- Estão ao alcance dos educadores a possibilidade e a responsabilidade por ações preventivas, com vistas à construção de uma sociedade mais preparada para o enfrentamento dos problemas gerados pelas crescentes oferta e demanda do uso de drogas.
- A Política Nacional sobre Drogas promove ações planejadas e articuladas com diversos atores que atuam com foco na redução da oferta e da demanda de drogas no país.
- A Política Nacional sobre o Álcool orienta a elaboração de ações com o objetivo de reduzir os danos causados pelo uso indevido dessa substância.
- O cenário nacional sobre o uso de drogas, em especial o crack, tem demandado a convergência de esforços do governo e da sociedade na construção de alternativas que extrapolem as ações repressivas e considerem os diversos componentes associados ao crescimento da violência, da criminalidade e dos problemas decorrentes do consumo de crack.
- Escolas que desenvolvem projetos de prevenção do uso de álcool e outras drogas precisam identificar e mapear os demais recursos da comunidade existentes no território, que poderão ser acionados diante de necessidades de saúde específicas de seus beneficiários.
- As políticas serão efetivas se resultarem em ações integradas na garantia da proteção às crianças e aos adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas.

- A escola tem papel fundamental nessa rede de prevenção, pois as ações que se colocam são ações de educação para a saúde. Como a escola faz parte de uma rede mais ampla que deve participar da prevenção, deve acionar as parcerias necessárias para colocar em prática seu projeto preventivo numa complementaridade de competências interdisciplinares.
- A escola será fortalecida à medida que fortalecer suas parcerias e, na construção de sua rede, estabelecer importantes trocas baseadas em valores de vida coletiva que são incentivados e amplificados no cotidiano escolar.

Ao término desse primeiro módulo, é importante que você reveja o que já fez. Procure manter-se atualizado na realização das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (exercícios objetivos e reflexões no fórum). Lembre-se de que as dificuldades podem ser compartilhadas! Se precisar, peça ajuda a um colega de sua escola e fique atento às orientações do seu tutor. Seguimos juntos!



Assista ao vídeo 4 – *Bola na Rede*

Este vídeo apresenta dois níveis de construção de redes na escola: o interno e o externo. Às vezes, até a rede interna da escola precisa de iniciativa para ser ativada e esta também pode ativar a rede externa, no caso, a família do aluno.



Resumo do vídeo – *Bola na Rede*

Ao observar a atitude do aluno Cleiton, ora depressiva, ora agressiva, Bete, uma funcionária da escola, junto com o professor Jairo decidem ajudá-lo. Pedem autorização ao diretor para conversar com a família. Na conversa com dona Vânia, mãe de Cleiton, ficou esclarecida a difícil situação familiar devido ao desemprego, ao alcoolismo e à violência do pai. O professor Jairo e a funcionária Bete orientam e encaminham a mãe para diversos serviços de ajuda da comunidade. Cleiton expressa seu reconhecimento pelo interesse da escola em ajudar a família nesse momento de crise que acabou interferindo em sua vida escolar. A mãe e a escola incluem o adolescente como um recurso importante para as transformações necessárias na família.

A família, portanto, constitui uma dimensão importantíssima na rede da escola e dos alunos, na identificação das causas de um problema e na prevenção do uso de drogas entre adolescentes.

Além da busca por soluções conjuntas nos níveis interno e externo, é preciso fazer com que o aluno participe das decisões que vão transformar a sua realidade sociofamiliar.

Os profissionais da escola precisam estar conectados entre si e com as demais instituições da sua comunidade para poder encaminhar os alunos e as famílias para outros serviços como saúde, assistência, lazer, entre outros, e fortalecer a proteção ao adolescente.

Como está a participação das famílias na sua escola?

- Com que instituições a sua escola se relaciona para desenvolver as suas atividades educacionais?
- Que dificuldade a sua escola encontra no estabelecimento de parcerias e relacionamentos com outras instituições e pessoas da comunidade?

Para refletir



Aprofunde seus conhecimentos, lendo os textos desta unidade.



PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE INTEGRADOS NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS

Carlos Artexes Simões

Jaqueline Moll

Maria de Fátima Simas Malheiro

Marta Azevedo Klumb Oliveira

“Temos que ser iguais todas as vezes que as diferenças nos inferiorizam, e temos que ser diferentes todas as vezes que as igualdades nos descaracterizam”. (SOUSA SANTOS).

Para que possamos refletir sobre essa questão no âmbito dos programas de promoção de saúde integrados na Política Nacional de Educação, é preciso destacar quais conceitos sustentam os debates sobre as políticas públicas atuais e estão, a um só tempo, na interface de programas e projetos de promoção da saúde integradas na Política Nacional de Educação Integral. Destacam-se, por suas propriedades convergentes, os programas: Saúde na Escola, Saúde e Prevenção nas Escolas e Mais Educação.

Política Pública Intersectorial voltada para Educação e Saúde: tecendo conceitos

Diversos conceitos se constituem para dar conta da tendência das políticas públicas contemporâneas voltadas para educação e saúde do estudante e pautadas pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade. São eles: Territorialidade, Intersetorialidade, Educação Integral e Saúde Integral. Vejamos cada um deles.

Importante:

Refleta sobre os conceitos de Território de Responsabilidade, Intersetorialidade, Educação Integral, Saúde Integral, Cuidado ao longo do tempo e Controle Social. Que sentido você atribui a cada um deles? Em que medida você os vivencia no seu cotidiano?

Territorialidade: o sentido de “pertencimento”

Na medida em que a educação começa a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País, a escola se apresenta como o *locus* para a construção de condições que garantam espaços de aprendizagens democráticas, populares, inclusivas e plurais.

As políticas públicas voltadas para educação e saúde convergem para o território da escola visando contribuir com a qualidade de vida do escolar e tudo que o cerca. Essa composição social se define a partir do tecido cultural no qual a escola está inserida. Dessa forma, somos nós que, ao mesmo tempo, inventamos nossa cultura e experimentamos a “dor e o prazer” de vivê-la. Esse é um movimento constante de renovação de nós mesmos nos espaços em que habitamos e que habita em nós.

Little define território como: “O esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

Por meio desse conceito, é possível compreender o sentido de “pertencer” a um lugar, ser parte, responsabilizar-se por ele, construí-lo coletivamente.

Conheça um pouco sobre as cidades educadoras. Um exemplo de território de responsabilidade são as cidades educadoras onde todos são responsáveis por todos. Entre no *site* abaixo e conheça mais sobre as cidades educadoras. A seguir, um fragmento da Carta das Cidades Educadoras:

“Atualmente, a humanidade não vive somente uma etapa de mudanças, mas uma verdadeira mudança de etapa. As pessoas devem formar-se para uma adaptação crítica e uma participação ativa face aos desafios e possibilidades que se abrem graças à globalização dos processos econômicos e sociais, a fim de poderem intervir, a partir do mundo local, na complexidade mundial, mantendo a sua autonomia em face de uma informação transbordante e controlada por certos centros de poder econômico e político”.

Acesse <<http://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/index.htm>> para saber um pouco mais!

Intersetorialidade: o sentido da corresponsabilidade

O conceito de intersetorialidade surge como uma estratégia possível para integrar políticas públicas e responder efetivamente aos problemas e às vulnerabilidades de um determinado território.

A intersetorialidade é a “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito convergente em situações complexas visando ao desenvolvimento, superando a exclusão social”.

Esse modo de ver o fenômeno na sua totalidade, embora exigente, pois lida diretamente, não com a divisão, mas com a soma de potencialidades, revela-se como estratégia social de superação de problemas complexos, cuja resolução depende da conjunção de esforços de diversos atores sociais e do compartilhamento de suas competências.

Trata-se de um “atrevimento”, em seu sentido mais rico, de romper com posturas reducionistas na resolução de situações complexas e com a presunção de achar que um setor sozinho dá conta de questões tão multi-causais como as que se apresentam na atualidade: violência, desigualdade social, desemprego e outras. Essa soma de esforços estrutura-se no paradigma dos Direitos Humanos. É nessa teia que as alianças em prol da qualidade de vida do escolar realizam-se.

Assim, o território escolar, espaço coletivo da diferença, tem o papel fundamental de auxiliar o estudante a aprender a ser cidadão, a ter consciência de seus direitos e ser capaz de lidar com o direito dos outros. Esse desafio não é maior e nem menor que o desafio da humanidade. Ao olhar para o território vivo e sua dinâmica é possível identificar ações necessárias e contributivas para cada um e todos que desejem colaborar. E você? Como colabora para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no território da escola em que você atua?

Educação Integral: reconstruindo o sujeito na sua completude

Quando pensamos em educação integral, pensamos na real necessidade de associarmos o termo “integral” ao conceito de educação. Se buscarmos o sinônimo de “integral” encontraremos “completo, inteiro, pleno” e outros. Por inversão, então, diz-se de uma educação que cuide do sujeito apenas “pela metade, em parte, fragmentado”.

No processo democrático, os direitos humanos e sociais encontram, no direito à educação pública universal de qualidade, sua base edificadora. Esse diálogo aproxima a educação das questões sociopolíticas e faz com que a escola se corresponsabilize também pelo desenvolvimento humano integral como forma de garantir a aprendizagem. Para tanto, é preciso ampliar o tempo de permanência do estudante na escola uma vez que, via de regra, os adultos responsáveis pela educação da criança e do adolescente inseridos no mercado de trabalho ausentam-se de casa por oito horas durante os dias úteis.

Historicamente, no contexto brasileiro, têm sido inúmeras as concepções e práticas de Educação Integral alicerçadas na ampliação da jornada escolar, desde o início do século XX, com o propósito de “atualizar” a escola na dinâmica do seu tempo. Assim, cada vez mais, reivindicamos uma escola que seja a um só tempo educadora e garantidora de proteção social. A educação escolar democrática, popular, inclusiva e plural inaugura a possibilidade de se construir uma escola mais justa e solidária, compromissada com as várias funções sociais e políticas que ela deve assumir junto à sociedade. Nessa linha de pensamento, a Educação Integral está inscrita no amplo campo das políticas sociais.

Educação Integral intensifica os processos de territorialização das políticas sociais, articuladas a partir dos espaços escolares, por meio do diálogo intragovernamental e com as comunidades locais, para a construção de uma prática pedagógica que afirme a educação como direito de todos e de cada um. (Documento de Referência para o Debate – MEC).

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>.

Saúde Integral: a busca da autonomia

O mesmo movimento que ocorre na educação ocorre também na saúde. O conceito toca a dimensão social e, portanto, inscreve-se no paradigma da promoção da saúde. Também aqui, o cuidado não se dá somente a “partes” do sujeito (modelo biomédico), mas cuida-se do sujeito na sua completude.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu saúde como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença.

Discutir a integralidade na saúde significa percebê-la para além da doença em si. Significa reconhecer as suas articulações sociais, seus determinantes históricos e repensar aspectos importantes da organização do processo de trabalho, gestão e planejamento, construindo novos saberes e adotando inovações nas práticas em saúde.

Nesse conjunto de desafios, existe um que é ainda maior, o desenvolvimento da autonomia, do autocuidado. Em relação à autonomia, o destaque deve ser dado à necessidade de o escolar obter graus crescentes de escolhas na vida e de responsabilizar-se por elas.

Auxiliar o estudante a fazer escolhas saudáveis significa, para além da oferta de informação e de conhecimento, o estabelecimento de relações vinculares saudáveis entre todos os da comunidade escolar. A autonomia implica a possibilidade de reconstrução dos sentidos da vida pelos sujeitos e essa ressignificação assume importância no seu modo de viver.

Observe que se nos filiarmos à compreensão psicanalítica do conceito, a própria definição de saúde da OMS deve ser revista, uma vez que faz distinção entre o físico, o mental e o social. Segundo a teoria psicanalítica, percebe-se a inexistência de uma separação clara entre mente e soma.

Programas de promoção de saúde integrados na Política Nacional de Educação constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

“Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Constituição Federal de 1988, Art. 3).

Vejamos alguns programas e projetos intersetoriais voltados para educação e saúde.

Possivelmente, você conhece alguns dos programas que ora apresentamos e que fazem parte do Projeto Político Pedagógico da escola. É importante perceber que a base que sustenta esses projetos é sistêmica e deve colaborar na redução das desigualdades sociais.

Os programas a seguir fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que produz em suas orientações a perspectiva de consolidar uma educação que lance seu olhar para a autonomia e que possibilita ao estudante desenvolver uma postura crítica e criativa em suas relações com o mundo.

Existem mais de quarenta programas em curso amparados pela concepção do PDE, no entanto, para esse debate selecionam-se os de maior relevância para articulação interdisciplinar entre educação e saúde.

Programa Saúde na Escola e Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – PSE/SPE: trabalho em conjunto para potencializar as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos

Você conhece a trajetória do PSE e do SPE?

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído pelo Decreto n. 6286, de 5 de dezembro de 2007, que afirma em seu artigo 1º, o seguinte texto: “Fica instituído, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE), com finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde”.

Notadamente, o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, também instituído entre os Ministérios da Educação e da Saúde e contando com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), desde o ano de 2003, representa um marco na integração saúde-educação e destaca a escola como o espaço ideal para a articulação das políticas voltadas para adolescentes e jovens.

O PSE e SPE, respeitadas suas lógicas de gestão e estratégias de trabalho, unem-se em prol da melhoria da qualidade de vida do educando. O SPE passa a integrar o componente II do PSE: Promoção da Saúde e Prevenção de danos que, conforme veremos, assume, além da pauta do SPE, outras áreas temáticas indicativas de risco e vulnerabilidades das crianças, adolescentes e jovens.

Vejamos a convergência de seus objetivos:

	Programa Saúde na Escola	Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Articular as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) com as ações das redes públicas de educação básica, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis. ■ Contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos. ■ Contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos. ■ Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar. ■ Promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes. ■ Fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nas três esferas de governo. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Contribuir para a prevenção da infecção pelo HIV, outras doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez não planejada entre jovens. ■ Contribuir para a redução de preconceitos e estigmas relacionados à raça, etnia e orientação sexual, bem como a promoção da igualdade de gênero. ■ Desenvolver ações de prevenção do uso do álcool, tabaco e outras drogas. ■ Fortalecer a inclusão das ações de prevenção às vulnerabilidades estudantis e as ações de promoção da saúde nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. ■ Desenvolver ações articuladas nas escolas e nas unidades básicas de saúde. ■ Envolver toda a comunidade escolar na promoção de ações em saúde sexual e saúde reprodutiva.

As ações do PSE dividem-se em cinco componentes: avaliação das condições de saúde do escolar; promoção da saúde e prevenção; educação permanente e capacitação dos profissionais e de jovens; monitoramento e avaliação da Saúde dos Estudantes; monitoramento e avaliação do Programa Saúde na Escola.

O primeiro componente “avaliação das condições de saúde” refere-se aos cuidados das Estratégias de Saúde da Família (ESF) com o estudante. Incluem ações como: avaliação antropométrica, atualização do calendário vacinal, detecção precoce de hipertensão arterial sistêmica (HAS), detecção precoce de agravos de saúde negligenciados (prevalentes na região: hanseníase, tuberculose, malária etc.), avaliação oftalmológica, avaliação auditiva, avaliação nutricional, avaliação da saúde bucal e avaliação psicossocial.

É importante lembrar que esse componente, embora de caráter clínico, está amparado pelo paradigma da saúde integral, ou seja, incentivar o protagonismo e ações propositivas das pessoas e a habilidade de atuar em benefício da própria qualidade de vida enquanto sujeitos e/ou comunidades ativas.

O segundo componente trata de ações educativas para promoção da saúde e prevenção. Inclui temas como: segurança alimentar e promoção da alimentação saudável, práticas corporais e atividade física nas escolas, promoção da cultura de paz e prevenção das violências, promoção da saúde ambiental e desenvolvimento sustentável, saúde sexual e saúde reprodutiva, prevenção das DST e AIDS; redução de preconceitos e estigmas relacionados à raça, etnia e orientação sexual; promoção da igualdade de gênero; gravidez na adolescência e prevenção do uso do álcool, crack, tabaco e outras drogas.

O componente três – Educação Permanente e Capacitação de Profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens – do PSE emprega metodologias presenciais e de Educação a Distância (EaD). Nesse sentido, são priorizadas as seguintes estratégias:

- Realização de educação permanente de jovens para o PSE por meio da metodologia de educação de pares, buscando a valorização do jovem como protagonista na defesa dos direitos à saúde.
- Educação permanente e capacitação de profissionais da educação e da saúde por meio de parcerias com universidades.
- Realização de atividades de educação permanente de diversas naturezas, junto a professores(as), merendeiros(as), agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, enfermeiros(as), médicos(as) e outros profissionais das escolas e equipes de saúde, em relação aos diversos temas de prevenção e promoção da saúde objeto das demais atividades propostas pelo PSE.
- O quarto componente é o Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes que implica a realização periódica de inquéritos nacionais sobre fatores de risco e proteção à saúde dos estudantes. Exemplo: Encarte Saúde no Censo Escolar (INEP/MEC); Pesquisa Nacional Saúde do Escolar (PeNSE/MS); Sistema de Monitoramento do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (PN DST/AIDS e UNESCO), Pesquisa Nacional do Perfil Nutricional e Consumo Alimentar dos Escolares.

Saiba mais sobre os dados obtidos nessa pesquisa consultando o *site*: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pense.pdf>>

Para refletir



Por fim, o Componente 5 – Monitoramento e Avaliação do Programa Saúde na Escola – acontece por meio de diferentes sistemas. Atualmente, o Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC monitora de modo intersetorial todas as ações essenciais dos componentes I, II e III do programa. O Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), HIPEDIA e outros, monitora demais condições de saúde da população de modo mais amplo.



Programa Mais Educação: uma estratégia para educação integral no Brasil

A Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007, institui o Programa Mais Educação como estratégia para implantar e expandir a educação integral no Brasil. Identificam-se, claramente, as ações inter-setoriais, sobretudo em seu artigo 4º. Veja:

Art. 4º Integram o Programa Mais Educação ações dos seguintes Ministérios: I - Ministério da Educação; II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; III - Ministério da Cultura; e IV - Ministério do Esporte.

§ 1º Ações de outros Ministérios ou Secretarias Federais poderão integrar o Programa.

§ 2º O Programa Mais Educação poderá contar com a participação de ações promovidas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e por outras instituições públicas e privadas, desde que as atividades sejam oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens e que estejam integradas ao Projeto Político-Pedagógico das redes e escolas participantes.

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê direitos que passam pela educação integral conforme você viu em unidade anterior.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A ação intersetorial legitimada garante a fertilidade do processo dialógico entre os atores envolvidos, isto é, promove uma comunicação entre atores sociais que buscam uma compreensão mútua sem imposições recíprocas. Sabe-se que a educação integral como pressuposto teórico não se pretende inédita, mas sim de-seja recapitular e ampliar as experiências exitosas anteriores. No entanto, sua “novidade” firma-se no âmbito político, à medida que conta com uma rede de atores sociais interligados entre si e em permanente expansão.

É importante perceber o processo e identificar os diversos dispositivos legais que impulsionaram o surgimento do Programa como consequência de uma demanda da sociedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/1996, por exemplo, nos seus artigos 34 e 87, prevê o aumento progressivo da jornada escolar para a jornada em tempo integral.

Art. 34 - A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola (grifo nosso).

2º parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral a critério dos sistemas de ensino (grifo nosso).

Art. 87 - parágrafo 5º - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral (grifo nosso).

O Plano Nacional de Educação traz a garantia da educação integral:

Art. 21 - Ampliar progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente (grifo nosso).

Diversos são, portanto, os dispositivos que trouxeram o Programa Mais Educação para a cena educacional. Passemos, pois, para a discussão do Programa e de suas especificidades. Segundo o Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010, no seu artigo 1º, assenta-se a legitimidade do “tempo” e do “espaço” no Programa Mais Educação:

O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral (grifo nosso).

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.

§ 3º As atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais (grifo nosso).

Eis as ideias que se apresentam e provocam a discussão sobre tempo e espaço na educação integral pública e aproxima a escola do conceito de proteção social. A ampliação do “tempo” de permanência do estudante na escola é pensada de modo que as atividades desenvolvidas são plenas de sentido pedagógico para as crianças e adolescentes e a visam seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, o Programa Mais Educação possui os chamados macrocampos. Quais sejam: Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Cultura Digital, Promoção da Saúde, Educomunicação, Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica.

Saiba mais sobre os macrocampos acessando: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maieducacao.pdf>

Na concepção ampla do conceito de saúde todos os macrocampos contribuem para a qualidade de vida do estudante. No entanto, o macrocampo da “Promoção da Saúde” constitui-se no compromisso mais próximo com a promoção e prevenção da saúde. Suas atividades estão na intersecção com o PSE e o SPE: alimentação saudável/alimentação escolar saudável, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS; prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras).

Dessa forma é possível conceber que a escola não está sozinha no cuidado de crianças, adolescentes e jovens. Ela pode e deve contar com a colaboração dos programas e projetos que para ela convergem, tornando-os parte da vida da escola e da escola da vida. A escola é convidada a partilhar sua “intimidade” com o território e, portanto, com os programas e projetos. Aceite esse convite. Relacione-se. Melhore a qualidade de vida do território escolar.

Considerações Finais

As políticas públicas atuais, por meio de seus programas e ações voltados para a interface educação e saúde, identificam a escola como o principal lugar para onde convergem as ações intersetoriais. Estas políticas visam reduzir os riscos e as vulnerabilidades à saúde e oportunizar a aprendizagem e o desenvolvimento humano.

Podemos nos perguntar: Qual o papel da escola na prevenção do uso de drogas? Ousado não seria afirmar que cabe à escola, principalmente, garantir que o estudante aprenda, e para tanto é preciso reconhecer seu papel de proteção social. Assim, é importante ressignificar os tempos e os espaços escolares em uma educação integral de qualidade protegida pela dimensão da política intersetorial. Trata-se de diminuir as vulnerabilidades e riscos a que estão expostas as crianças e os adolescentes fora da escola.

Vimos, na primeira unidade, que a escola possui uma função social importante e garantidora de interesses sociais mais justos, democráticos e solidários, mas que também pode reproduzir desigualdades e ferir direitos. Portanto é preciso um despertar da comunidade escolar para a saúde integral, buscando, de modo incansável, o desenvolvimento da autonomia por meio de escolhas saudáveis.

A promoção da saúde no território escolar engloba a prevenção do uso de drogas e caminha em direção a um bem-estar global, individual e coletivo. As escolas estão em posição privilegiada para promover e manter a saúde de crianças, adolescentes, educadores, funcionários da escola e comunidade do entorno. Essas tarefas podem ser potencializadas por intermédio da convergência de programas e projetos que envolvam toda a comunidade escolar, sobretudo, os jovens.

A POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE DROGAS

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte

Carla Dalbosco

Política Nacional sobre Drogas

A partir do ano de 1998, o Brasil dá início à construção de uma política nacional específica sobre o tema da redução da demanda¹ e da oferta de drogas². Foi depois da realização da XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, na qual foram discutidos os princípios diretivos para a redução da demanda de drogas, aderidos pelo Brasil, que as primeiras medidas foram tomadas. O então Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) foi transformado no Conselho Nacional Antidrogas (CONAD)³ e foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), diretamente vinculada à, então, Casa Militar da Presidência da República.

Com a missão de **“coordenar a Política Nacional Antidrogas, por meio da articulação e integração entre governo e sociedade”** e como Secretaria Executiva do Conselho Nacional Antidrogas, coube à SENAD mobilizar os diversos atores envolvidos com o tema para a criação da política brasileira. Assim, em 2002, por meio de Decreto Presidencial n. 4.345 de 26 de agosto de 2002, foi instituída a Política Nacional Antidrogas – PNAD.

Em 2003, o Presidente da República apontou a necessidade de construção de uma nova Agenda Nacional para a redução da demanda e da oferta de drogas no país, que viesse a contemplar três pontos principais:

- **integração das políticas públicas** setoriais com a Política Nacional Antidrogas, visando ampliar o alcance das ações;
- **descentralização das ações** em nível municipal, permitindo a condução local das atividades da redução da demanda, devidamente adaptadas à realidade de cada município;
- **estreitamento das relações** com a sociedade e com a comunidade científica.

Ao longo dos primeiros anos de existência da Política Nacional Antidrogas, o tema drogas manteve-se em pauta e a necessidade de aprofundamento do assunto também. Assim, foi necessário reavaliar e atualizar os fundamentos da PNAD, levando-se em conta as transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais o país e o mundo vinham passando.

Em 2004, foi efetuado o processo de realinhamento e atualização da política, por meio da realização de um Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas, seis fóruns regionais e um Fórum Nacional sobre Drogas.

Com ampla participação popular, embasada em dados epidemiológicos atualizados e cientificamente fundamentados, a política realinhada passou a chamar-se Política Nacional sobre Drogas (PNAD)⁴. Como resultado, o prefixo “anti” da Política Nacional Antidrogas foi substituído pelo termo “sobre”, já de acordo com as tendências internacionais, com o posicionamento do governo e com a nova demanda popular, manifestada ao longo do processo de realinhamento da política.

A Política Nacional sobre Drogas estabelece os fundamentos, os objetivos, as diretrizes e as estratégias indispensáveis para que os esforços, voltados para a redução da demanda e da oferta de drogas, possam ser conduzidos de forma planejada e articulada.

1 Redução da demanda: ações referentes à prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas que causem dependência, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação, a redução de danos e a reinserção social de usuários e dependentes.

2 Redução da oferta: atividades inerentes à repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. As ações contínuas de repressão devem ser promovidas para reduzir a oferta das drogas ilegais e/ou de abuso, pela erradicação e apreensão permanentes destas produzidas no país, pelo bloqueio do ingresso das oriundas do exterior, destinadas ao consumo interno ou ao mercado internacional, e pela identificação e desmantelamento das organizações criminosas.

3 Medida Provisória n. 1.669 e Decreto n. 2.632 de 19 de junho de 1998.

4 Aprovada em 23 de maio de 2005, entrando em vigor em 27 de outubro desse mesmo ano, por meio da Resolução n. 3/GSIPR/ CONAD.

Todo esse empenho resultou em amplas e importantes conquistas, refletindo transformações históricas na abordagem da questão das drogas.

Em 2006, a SENAD coordenou um grupo de trabalho do governo que assessorou os parlamentares no processo que culminou na aprovação da Lei n. 11.343/2006, que instituiu o **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)**, suplantando uma legislação de trinta anos que se mostrava obsoleta e em desacordo com os avanços científicos na área e com as transformações sociais.



A Lei n. 11.343/2006 – Lei de Drogas

A Lei n. 11.343/2006 colocou o Brasil em destaque no cenário internacional ao instituir o SISNAD e prescrever medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, em consonância com a atual política sobre drogas.

Essa Lei nasceu da necessidade de compatibilizar os dois instrumentos normativos que existiam anteriormente: as Leis n. 6.368/1976⁵ e 10.409/2002⁶. A partir de sua edição, foram revogados esses dois dispositivos legais, com o reconhecimento das diferenças entre a figura do traficante e a do usuário/dependente, os quais passaram a ser tratados de modo diferenciado e a ocupar capítulos diferentes da lei.

O Brasil, seguindo a tendência mundial, entendeu que usuários e dependentes não devem ser penalizados pela justiça com a privação de liberdade. Esta abordagem em relação ao porte de drogas para uso pessoal tem sido apoiada por especialistas que apontam resultados consistentes de estudos, nos quais: **a atenção ao usuário/dependente deve ser voltada ao oferecimento de oportunidade de reflexão sobre o próprio consumo, em vez de encarceramento.**

Assim, a justiça retributiva baseada no castigo é substituída pela justiça restaurativa, cujo objetivo maior é a ressocialização por meio de penas alternativas:

- **advertência** sobre os efeitos das drogas;
- **prestação de serviços à comunidade** em locais/programas que se ocupem da prevenção/recuperação de usuários e dependentes de drogas;
- **medida educativa** de comparecimento a programa ou curso educativo.

5 Lei n. 6.368/1976, de 21 de outubro de 1976, fala sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

6 Lei n. 10.409/2002, de 11 de janeiro de 2002, dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)

O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, regulamentado pelo Decreto n. 5.912, de 27 de setembro de 2006, tem os seguintes objetivos:

- I. Contribuir para a inclusão social do cidadão, tornando-o menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, tráfico e outros comportamentos relacionados;
- II. promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no País;
- III. promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
- IV. reprimir a produção não autorizada e o tráfico ilícito de drogas;
- V. promover as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

O SISNAD está organizado de modo a assegurar a orientação central e a execução descentralizada das atividades, realizadas em seu âmbito. Com a sua regulamentação, houve a reestruturação do **Conselho Nacional Antidrogas (CONAD)**, garantindo a participação paritária entre governo e sociedade.

Em 23 de julho de 2008, foi instituída a Lei n. 11.754, por meio da qual o Conselho Nacional Antidrogas passou a se chamar **Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD)**. A nova lei também alterou o nome da **Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)**. Essa modificação histórica era aguardada desde o processo de realinhamento da Política Nacional sobre Drogas, em 2004, tornando-se um marco na evolução das políticas públicas no Brasil.

A ação do CONAD é descentralizada por meio de Conselhos Estaduais e de Conselhos Municipais.

I. Atribuições do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD)

- Acompanhar e atualizar a Política Nacional sobre Drogas, consolidada pela SENAD.
- Exercer orientação normativa sobre ações de redução da demanda e da oferta de drogas.
- Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos do **Fundo Nacional Antidrogas**⁷ e o desempenho dos planos e programas da Política Nacional sobre Drogas.
- Promover a integração ao SISNAD dos órgãos e entidades congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O Decreto n. 5912/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 7426/2010, regulamentou, ainda, as competências dos Órgãos do Poder Executivo no que se refere às ações de redução da demanda de drogas.

II. Atribuições da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)

- Articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.
- Consolidar a proposta de atualização da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) na esfera de sua competência.
- Definir estratégias e elaborar planos, programas e procedimentos para alcançar as metas propostas na PNAD e acompanhar sua execução.

7 O Fundo Nacional Antidrogas é composto por recursos oriundos de apreensão ou de perdimento, em favor da União, de bens, direitos e valores, objeto do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou de drogas que causem dependência física ou psíquica, e outros recursos colocados à disposição da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

- Gerir o Fundo Nacional Antidrogas e o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID)⁸.
- Promover o intercâmbio com organismos internacionais na sua área de competência.

O trabalho da SENAD é desenvolvido em três eixos principais:

1) Diagnóstico situacional

- **Objetivo:** realização de estudos que permitam um diagnóstico sobre a situação do consumo de drogas no Brasil e seu impacto nos diversos domínios da vida da população. Este diagnóstico vem se consolidando por meio de estudos e pesquisas de abrangência nacional, na população geral e naquelas específicas que vivem sob maior vulnerabilidade para o consumo e o tráfico de drogas.
- **Exemplos de ações:** realização de levantamentos sobre uso de drogas em diversos segmentos da população brasileira, como, por exemplo, na população geral, entre estudantes da educação básica, estudantes universitários, povos indígenas, entre outros.

2) Capacitação de Agentes do SISNAD

- **Objetivo:** capacitação dos diversos atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas, e também de multiplicadores de informações de prevenção, tratamento e reinserção social.
- **Exemplos de ações:** cursos de formação para conselheiros municipais, operadores do direito, lideranças religiosas e comunitárias, educadores, profissionais das áreas de saúde, assistência social, segurança pública, empresas/indústrias, entre outros.

3) Projetos Estratégicos

- **Objetivo:** projetos de alcance nacional que ampliam o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade.
- **Exemplos de ações:** parceria com estados e municípios para fortalecimento dos conselhos sobre drogas; apoio técnico e financiamento a projetos por meio de subvenção social; manutenção de serviço nacional de orientações e informações sobre drogas (Viva Voz); ampliação e fortalecimento da cooperação internacional, criação da rede de pesquisa sobre drogas, entre outros.

Para potencializar e articular as ações de redução da demanda e redução da oferta de drogas, em janeiro de 2011 a SENAD foi transferida do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça. Essa mudança teve como principal objetivo articular as ações de prevenção e as de repressão ao tráfico numa perspectiva cidadã, na qual ações de segurança pública interagem com diferentes políticas sociais, priorizando as de prevenção do uso de drogas.

⁸ O OBID é um órgão de estrutura do Governo Federal, vinculado a SENAD, com a missão de reunir e centralizar informações e conhecimentos atualizados sobre drogas, incluindo dados de estudos, pesquisas e levantamentos nacionais, produzindo e divulgando informações, fundamentadas cientificamente, que contribuam para o desenvolvimento de novos conhecimentos aplicados às atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas e para a criação de modelos de intervenção baseados nas necessidades específicas das diferentes populações-alvo, respeitadas suas características socioculturais.

A Política Nacional sobre o Álcool

A Política Nacional sobre o Álcool resultou de um longo processo de discussão. Em julho de 2005, o então Conselho Nacional Antidrogas, ciente dos graves problemas inerentes ao consumo prejudicial de álcool, e com o objetivo de ampliar o espaço de participação social para a discussão de tão importante tema, instalou a **Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Álcool (CEPPA)**, composta por diferentes órgãos governamentais, especialistas, legisladores e representantes da sociedade civil. A Câmara Especial iniciou suas atividades a partir dos resultados do Grupo Técnico Interministerial criado no Ministério da Saúde, em 2003.

Esse processo permitiu ao Brasil chegar a uma política realista, sem qualquer viés fundamentalista ou de banalização do consumo, embasada de forma consistente por dados epidemiológicos, pelos avanços da ciência e pelo respeito ao momento sociopolítico do país. A política sobre o álcool reflete a preocupação da sociedade em relação ao uso cada vez mais precoce dessa substância, assim como o seu impacto negativo na saúde e na segurança.

Em maio de 2007, por meio do Decreto n. 6.117, foi apresentada à sociedade brasileira a **Política Nacional sobre o Álcool**, que tem como objetivo geral estabelecer princípios que orientem a elaboração de estratégias para o enfrentamento coletivo dos problemas relacionados ao consumo de álcool, contemplando a intersetorialidade e a integralidade de ações para a redução dos danos sociais, à saúde e à vida, causados pelo consumo desta substância, bem como das situações de violência e criminalidade associadas ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas.

Esta política, reconhecendo a importância da implantação de diferentes medidas articuladas entre si e numa resposta efetiva ao clamor da sociedade por ações concretas de proteção aos diferentes segmentos sociais que vivem sob maior vulnerabilidade para o uso abusivo de bebidas alcoólicas, veio acompanhada de um elenco de medidas passíveis de implementação pelos órgãos de governo no âmbito de suas competências e outras de articulação com o Poder Legislativo e demais setores da sociedade.

Estas medidas são detalhadas no anexo II do Decreto n. 6.117 e podem ser divididas em nove categorias:

- Diagnóstico sobre o consumo de bebidas alcoólicas no Brasil.
- Tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de álcool.
- Realização de campanhas de informação, sensibilização e mobilização da opinião pública quanto às consequências do uso indevido e do abuso de bebidas alcoólicas.
- Redução da demanda de álcool por populações vulneráveis.
- Segurança pública.
- Associação álcool e trânsito.
- Capacitação de profissionais e agentes multiplicadores de informações sobre temas relacionados à saúde, à educação, ao trabalho e à segurança pública.
- Estabelecimento de parceria com os municípios para a recomendação de ações municipais.
- Propaganda de bebidas alcoólicas.

Merece destaque, dentre estas medidas estratégicas para minimizar os impactos adversos decorrentes do uso de bebidas alcoólicas, as ações ligadas à associação álcool e trânsito, tendo em vista que os problemas relacionados ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas não atingem apenas populações vulneráveis, mas associam-se diretamente com os índices de morbidade e mortalidade da população geral. Por esta razão, tornou-se urgente desenvolver medidas contra o ato de “beber e dirigir”.

Após exaustivo processo de discussão e com ampla participação popular, a nova Lei n. 11.705, conhecida como “lei seca”, foi sancionada em 19 de junho de 2008, por ocasião da realização da X Semana Nacional sobre Drogas. Esta Lei alterou alguns dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro, impondo penalidades mais severas para o condutor que dirigir sob a influência de álcool.

O motorista que tiver qualquer concentração de álcool por litro de sangue estará sujeito às **penalidades administrativas**, previstas no artigo 165 da Lei n. 9503/97, como multa, apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.

O motorista que apresentar concentração de álcool igual ou superior a 0,6 g/L de sangue sofrerá pena de **detenção de seis meses a três anos**, além das penalidades administrativas⁹.

1. Penalidades Administrativas – até 0,6 g/L.

2. Penalidades Criminais – a partir de 0,6 g/L.

São vedados, na faixa de domínio de rodovia federal ou em local próximo à faixa de domínio com acesso direto à rodovia, a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas (teor superior a 0,5 Graus Gay-Lussac) para consumo no local.

Esta Lei prevê também que os estabelecimentos comerciais que vendem ou oferecem bebidas alcoólicas sejam obrigados a exibir aviso informativo de que **é crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção**.

Todas estas medidas têm como objetivo reduzir o número de acidentes de trânsito no Brasil, coibindo a associação entre o consumo de álcool e o ato de dirigir.

Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas e “Programa Crack, é Possível Vencer”

O avanço da criminalidade associada ao tráfico de drogas e as complexas relações existentes entre situações de risco e consumo de drogas, principalmente o crack, têm imposto desafios cada vez maiores, que exigem respostas eficazes do governo e da sociedade. Para esse enfrentamento, é preciso convergir esforços de diferentes segmentos na construção de alternativas que extrapolem as ações repressivas e considerem os diversos componentes associados aos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas.

Na busca por soluções concretas, capazes de enfrentar os desafios que os problemas associados ao crack vêm impondo a todo o país, foi lançado em 20 de maio de 2010, por meio do Decreto n. 7.179, o **Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack** e outras Drogas, que indicou a implementação de ações para a abordagem do tema de forma intersetorial.

Esse Plano teve por objetivo desenvolver um conjunto integrado de ações de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, bem como, enfrentar o tráfico em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil, tendo em vista a redução da criminalidade associada ao consumo dessas substâncias junto à população.

9 O Decreto n. 6488, de 19 de junho de 2008, no seu artigo 2º determina que: “para fins criminais de que trata o artigo 306 da Lei n. 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro, a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia é a seguinte:

I – Exame de sangue: concentração igual ou superior a seis decigramas de álcool por litro de sangue (0,6 g/L);

II – Teste de aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro): concentração de álcool igual ou superior a três décimos de miligramas por litro de ar expelido dos pulmões.

Visando à ampliação e ao fortalecimento do Plano Integrado, em dezembro de 2011, já no Governo Dilma Rousseff, foi lançado o **Programa “Crack, é possível vencer”**, que propõe ações em três eixos: prevenção, cuidado e autoridade. O objetivo desse Programa é:

- **PREVENÇÃO:** ampliar as atividades de prevenção, por meio da educação, disseminação de informações e capacitação dos diferentes segmentos sociais que, de forma direta ou indireta, desenvolvem ações relacionadas ao tema, como educadores, profissionais de saúde, de assistência social, segurança pública, conselheiros municipais, líderes comunitários e religiosos;
- **CUIDADO:** aumentar a oferta de ações de atenção aos usuários de crack e outras drogas e seus familiares, por meio da ampliação dos serviços especializados de saúde e assistência social, como os Consultórios na Rua, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad), as Unidades de Acolhimento adulto e infanto-juvenil, Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), entre outros;
- **AUTORIDADE:** enfrentar o tráfico de drogas e as organizações criminosas através de ações de inteligência entre a Polícia Federal e as polícias estaduais. Serão realizadas também, intervenções de segurança pública com foco na polícia de proximidade em áreas de maior vulnerabilidade para o consumo, que contarão com a ampliação de bases móveis e videomonitoramento para auxiliar no controle e planejamento das ações nesses locais.

Assim como o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, o Programa **“Crack, é possível vencer”** prevê uma atuação articulada entre governo federal, estados, municípios e Distrito Federal, além da participação da sociedade civil e o monitoramento intensivo das ações.

Compõem a equipe responsável pelas ações do Programa, os Ministérios da Justiça, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Educação, além da Casa Civil da Presidência da República. No âmbito local, serão criados comitês gestores estaduais e municipais, com o objetivo de coordenar e monitorar o andamento de todas ações realizadas.

Cada vez mais, é fundamental o conhecimento e a ampla disseminação da política e da legislação brasileira sobre drogas em todos os setores do país, mostrando a sua importância como balizador das ações de prevenção do uso, de tratamento, de reinserção social de usuários de crack e outras drogas, bem como o enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

O uso de crack e outras drogas afeta a todos, seja familiares, educadores, líderes comunitários, profissionais ou cidadãos. A observância à legislação vigente, aliada às orientações da Política Nacional sobre Drogas, da Política Nacional sobre Álcool e do Programa de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, contribui para o fortalecimento de uma rede de atenção às questões relativas ao uso de crack e outras drogas numa perspectiva inclusiva, de respeito às diferenças, humanista, de acolhimento e não estigmatizante do usuário e seus familiares.



ESCOLA EM REDE: POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS NA PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Maria Fátima Olivier Sudbrack

Maria Inês Gandolfo Conceição

Maria Eveline Cascardo Ramos

É possível uma sociedade sem drogas? E uma escola sem drogas?

Se é impossível vivermos em uma sociedade sem drogas, devemos assumir, como educadores, que está em nosso pleno alcance a responsabilidade por ações preventivas, com vistas à construção de uma sociedade mais preparada para o enfrentamento dos problemas gerados pela crescente oferta e crescente demanda do uso de drogas.

Para o enfrentamento da questão das drogas, são necessárias efetivas políticas tanto para o **controle e redução** da oferta de substâncias quanto para as ações de **redução da demanda**.

- No controle e redução da oferta, estão as ações referentes às políticas de justiça, segurança pública e de defesa.
- Na redução da demanda, as políticas de prevenção do uso de drogas são intersetoriais envolvendo saúde, educação, assistência, proteção, entre outras.

A prevenção do uso de álcool e outras drogas é uma ação que se reveste de grande complexidade, pois, ao mesmo tempo em que se refere a dimensões da intimidade da vida privada, envolve a sociedade como um todo.

Assim, além das ações educativas na família, cabem ações mais amplas no âmbito das políticas públicas de **educação, saúde, assistência, justiça e segurança pública**.

Todas essas políticas só serão efetivas se resultarem em **ações integradas** que garantam proteção às crianças e aos adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas.

O Brasil está em pleno avanço quanto à definição de suas políticas públicas na área da redução da demanda pelo uso de drogas, mas, ao mesmo tempo crescem os desafios para a sua consecução.

Entre esses desafios, destaca-se a mudança do paradigma da “guerra às drogas”, o que significa tratar o complexo fenômeno das drogas não só em relação ao **controle da oferta de produtos**, mas também quanto à adoção de uma postura mais aprofundada que envolve a **redução da demanda**, ou seja, atuar sobre os fatores relacionados à busca das drogas pelas diversas populações de usuários.

Destaca-se na **Política Nacional sobre Drogas (PNAD)** a importância de respeitar as características de cada população-alvo e da diversidade de contextos em que o trabalho se desenvolve.

Neste curso, nossa atenção está centrada na população estudantil de crianças, adolescentes e jovens, sabendo-se que o consumo não se restringe a essa faixa etária. Ao contrário, precisamos reconhecer que somos nós, os adultos, que oferecemos aos nossos filhos e alunos uma sociedade de consumo.

Portanto, fazer prevenção é manter postura crítica sobre costumes, valores, modos de vida, formas de lazer e até de busca de soluções ilusórias no enfrentamento de situações do cotidiano de cada um: *stress*, angústias, frustrações, ou então, na busca provisória de desempenho no trabalho, afirmação na roda de amigos e até de companhia para vencer a solidão...

Nessa perspectiva, propomos que em vez de lutarmos contra as drogas, lutemos contra os tantos fatores que estão permitindo sua oferta quase sem controle e sua demanda quase sem alternativas, como: o consumismo, a miséria, o abandono afetivo, a desumanização do ser humano, o individualismo e o perfeccionismo.

A PNAD, ao reconhecer a condição de vulnerabilidade que caracteriza crianças e jovens em face dos crescentes atrativos presentes no apelo (por vezes, assédio) da oferta, bem como nas fortes motivações para a demanda do uso de drogas, encaminha como diretriz maior de todas as ações preventivas uma política protetiva, que deverá ser construída na articulação das diversas políticas públicas.

Ações preventivas de redução da demanda do uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes

As políticas protetivas da infância e adolescência fundam-se na garantia da plena condição de desenvolvimento de crianças e adolescentes como seres em formação e, portanto, em busca de seus modelos junto aos adultos nos quais se espelham para construir seu projeto de vida.

Crianças e jovens são especialmente vulneráveis às ofertas e influências do ambiente e não possuem a maturidade de optarem, por si sós, pelo que é melhor ou mais saudável para a sua saúde. Por esse motivo, a orientação e a presença educativa são ingredientes fundamentais da proteção, compartilhados pela família e pela escola, como espaços privilegiados do processo socializador.

A escola é um espaço potencialmente propício para a construção da vida em uma sociedade democrática, é o primeiro palco de experiências de vida comunitária fora da família. A escola é onde começa a vida em sociedade e, portanto, deve abordar a temática das drogas. Nesse contexto, pois, além de representar espaço protegido, também permite assumir responsabilidades coletivas no aprendizado das relações democráticas, base da constituição do sujeito cidadão.

A escola tem papel fundamental na prevenção do uso de drogas e na promoção da saúde integral de crianças e adolescentes, graças às suas ações de educação para a saúde. Como a escola faz parte de uma rede mais ampla que participa da prevenção, deve acionar as parcerias necessárias para colocar em prática seu projeto preventivo numa complementaridade de competências interdisciplinares e de intersaberes.

O tema das drogas é um, entre tantos, a serem abordados para a promoção da vida saudável e, por isso, insere-se prioritariamente nas políticas de promoção de saúde integral do adolescente.

São temas estruturantes para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens:

- participação juvenil;
- equidade de gêneros;
- direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- projeto de vida;
- cultura da paz;
- ética e cidadania;
- igualdade racial e étnica.

Da mesma forma, as condições de vulnerabilidade social que fazem parte do contexto de vida de parte de usuários de drogas, ainda estigmatizados que, muitas vezes, não acessam os serviços da rede pública de saúde e de assistência, levam-nos a priorizar tanto as políticas de saúde quanto aquelas de garantia de assistência e promoção social.

Destacam-se aqui ações que incluem as famílias das crianças e adolescentes para as quais as políticas devem se colocar como apoio para que resgatem seu potencial educativo e de reinserção dos usuários de álcool e outras drogas que, porventura, estejam excluídos da convivência familiar e comunitária.

Frente à gravidade de alguns fatos que ocorrem no contexto do uso de drogas, em especial quando adolescentes são aliciados para o mundo do tráfico onde impera a cultura da violência, fazem-se necessárias ações protetivas e de segurança pública. Assim, as políticas públicas protetivas atuam na dimensão das medidas de proteção especial e também em ações de segurança pública.

Em casos de maiores dificuldades, quando crianças ou adolescentes estão em risco, cabe à escola buscar ações articuladas junto à Vara da Infância e seu prolongamento na comunidade, que é o Conselho Tutelar.

Por meio das respectivas equipes psicossociais ou mesmo de juízes e promotores, os Juizados da Infância bem como as promotorias de Infância e Juventude constituem importantes parceiros da escola para a garantia da proteção de seus alunos em situação de risco ou vulnerabilidade pelo envolvimento com drogas ou outras situações de agravo que estejam comprometendo sua plena cidadania na condição de seres em desenvolvimento.

Escola face à violência do tráfico de drogas

■ Quais as políticas para a proteção da escola e dos adolescentes?

Com base nos contextos de violência relacionados à clandestinidade do acesso às drogas ilícitas, os adolescentes ficam expostos ao comando do tráfico numa condição de grande vulnerabilidade que exige ações de proteção. Sabemos que facilmente os adolescentes podem ser atraídos ou aliciados pela rede perversa de distribuição de drogas ilícitas, o que os coloca em risco de morte.

Já encontramos, no cotidiano de grande número de escolas, situações difíceis relacionadas à aproximação de traficantes a alunos ou mesmo de alunos envolvidos com o tráfico.

- Quais as políticas protetivas para proteger os adolescentes e a escola da violência do tráfico de drogas?
- Como ajudar alunos/adolescentes que vivem ameaças do tráfico?
- Como atender as necessidades e direitos do adolescente de escolarização sem envolver ou ameaçar os demais?

Para refletir



Infelizmente, questões dessa natureza já deixaram de ser da esfera policial e já passaram a preocupar os educadores. Talvez seja a questão mais desafiadora da atualidade e exige investimentos de todos nós. Desse modo, reforça-se o papel da escola como fator protetivo a ser preservado.

Pesquisa recente, realizada junto a escolares de uma cidade satélite do DF revelou o quanto os adolescentes ainda acreditam na escola como forma de resistir aos apelos para a entrada no tráfico, ou seja, o papel da escola enquanto contexto de proteção é resgatado pelos próprios alunos.

Em face do medo e da lei do silêncio, retomamos a perspectiva otimizadora das redes sociais, dos laços de confiança e de solidariedade que mobilizam para o enfrentamento coletivo das situações como contraponto ao isolamento que paralisa a todos.

A proposta da Escola em Rede convida a enfrentar as diferentes situações com maior preparo e menos sofrimento, à medida que pudermos realizar as articulações necessárias em ações integradas de prevenção.

As ações integradas de prevenção são uma resposta a essa difícil realidade e que vêm recentemente incluindo ações de segurança pública orientadas para a proteção das escolas e não para o controle e policiamento.

■ Mas como deve ser a segurança cidadã?

É tarefa de todos contribuir para transpor as políticas voltadas à infância e adolescência do papel para a realidade, de modo que criem impacto efetivo na sua qualidade de vida e perspectiva de futuro.

A comunidade tem um papel fundamental na proteção de crianças, adolescentes e jovens contra o envolvimento com drogas e outros comportamentos de risco. As iniciativas recomendadas para aumentar os fatores de proteção devem aproveitar os recursos disponíveis na comunidade, considerando as características socio-culturais de seus respectivos contextos e ativando a rede de apoio. Ao mesmo tempo, dadas as peculiaridades locais, todas as iniciativas devem ser norteadas pelo princípio da criatividade e do aproveitamento do potencial inovador, tanto dos jovens quanto das diferentes esferas comunitárias.

Para o enfrentamento da violência contra crianças e jovens, políticas novas, no paradigma da segurança comunitária ou da segurança cidadã, entram em cena para atender as demandas da comunidade, incluindo-se as escolas que vivem inseguranças e medos em torno das questões do álcool e outras drogas.

O tema da violência, associado ao contexto da distribuição das drogas ilícitas, faz-se presente e não podemos prescindir, pois, de efetivas políticas de segurança para assegurar não apenas a proteção do adolescente, mas também da escola, inclusive os educadores.

No paradigma da segurança comunitária, todos somos protagonistas. Podemos mudar e agir sobre esta realidade minimizando a violência e assumindo postura mediadora dos conflitos.

A Cultura da Paz não se faz pela negação da existência de conflitos em todos os níveis em que eles se apresentam e se revelam nas relações sociais e contextos institucionais.

Cabe a todos os atores adquirir competências mediadoras no desenvolvimento de uma “**cultura de mediação**”, na qual se promove a paz a partir do enfrentamento adequado das situações, ou seja, buscando a resolução dos conflitos ou a minimização de suas consequências, e a responsabilização de cada uma das partes pelo que lhe cabe na origem, na manutenção ou na ampliação do problema ou da situação de violência em foco.

A escola em rede: construindo parcerias para a prevenção do uso de drogas

A proposta metodológica para o trabalho de prevenção do uso de drogas na perspectiva das redes sociais é inspirada na leitura sistêmica da questão e que nos levou a uma construção original de instrumentos e de práticas preventivas no contexto da escola.

Para melhor visualização das redes sociais, apresentamos um esquema gráfico, em círculos concêntricos, onde estão representadas as principais parcerias que resultam das ações integradas de diversas políticas públicas em torno da prevenção do uso de drogas.

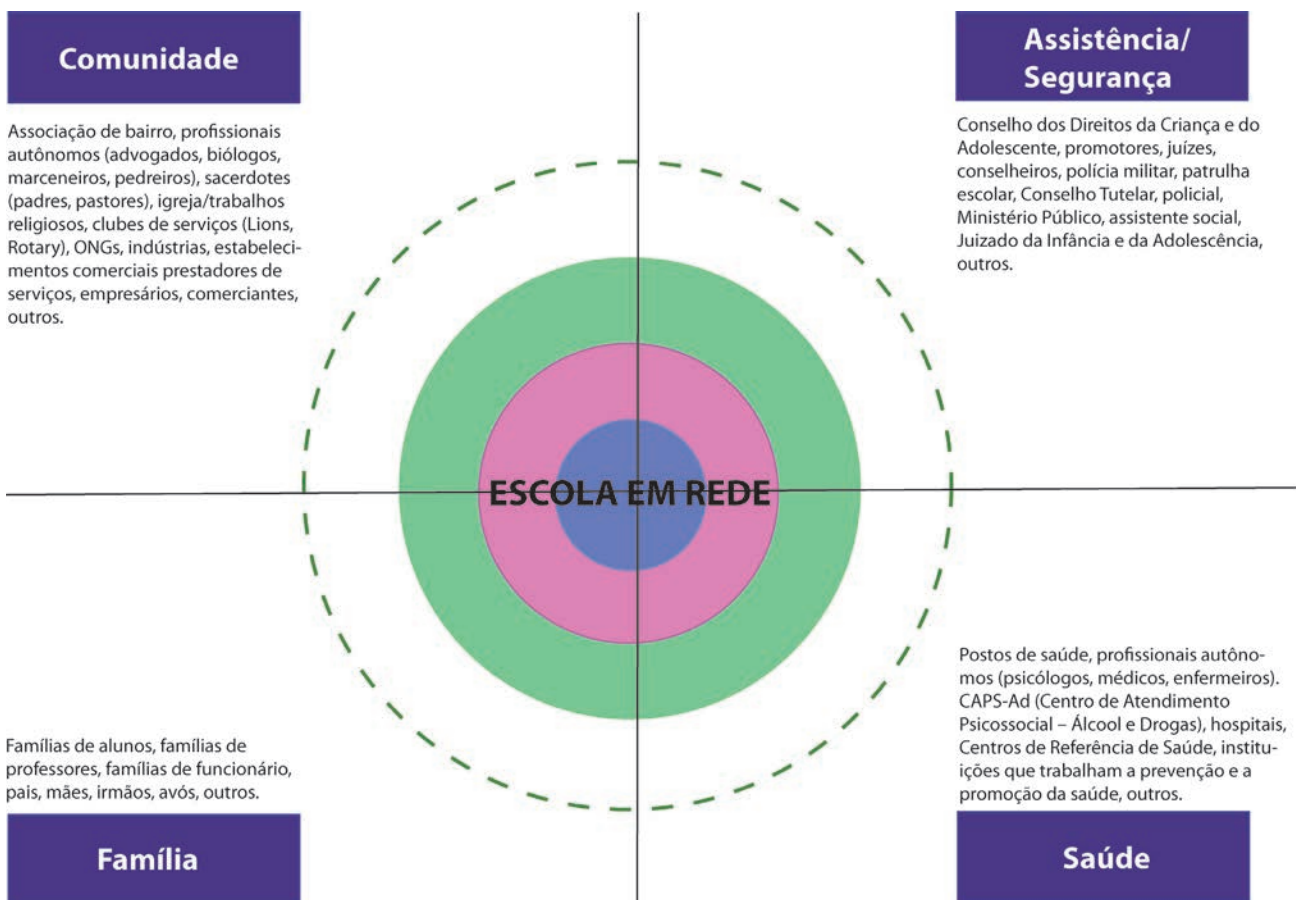


Figura: Mapa da rede (VASCONCELOS, 2008).

No mapa da rede, a escola está no centro e tem ao seu redor quatro importantes setores de parcerias que se complementam e com os quais deve contar para implementar as ações preventivas. Para tanto, deve investir nessas parcerias por meio de ações integradas em prol de seus alunos e de seu quadro de professores e demais servidores. Toda a comunidade escolar deve beneficiar-se de programas de prevenção.

O direito à convivência familiar e comunitária constitui marco legal de todas as políticas públicas para a infância e juventude, sendo igualmente o eixo-norteador das políticas de prevenção do uso de drogas para a população infanto-juvenil. Por essa razão, a família e a comunidade estão destacadas como quadrantes do mapa da escola em rede.

Sabemos que o princípio norteador de toda a ação preventiva é evitar, ao máximo, a segregação do usuário de drogas, em especial em se tratando de criança ou adolescente, apoiando-se sempre a família e também a sua comunidade de origem para não ser excluído delas.

Mesmo em condições de ameaças, muitas vezes, a rede comunitária e familiar pode ser mais eficaz como proteção do que o seu afastamento da moradia e local de origem. Mas tais estratégias exigem um trabalho de mobilização e dos laços e vínculos sociofamiliares que, por si só, já resultam em ação preventiva e até mesmo terapêutica.

Para refletir

Fazer prevenção na metodologia das redes sociais é estar sempre promovendo e resgatando vínculos!



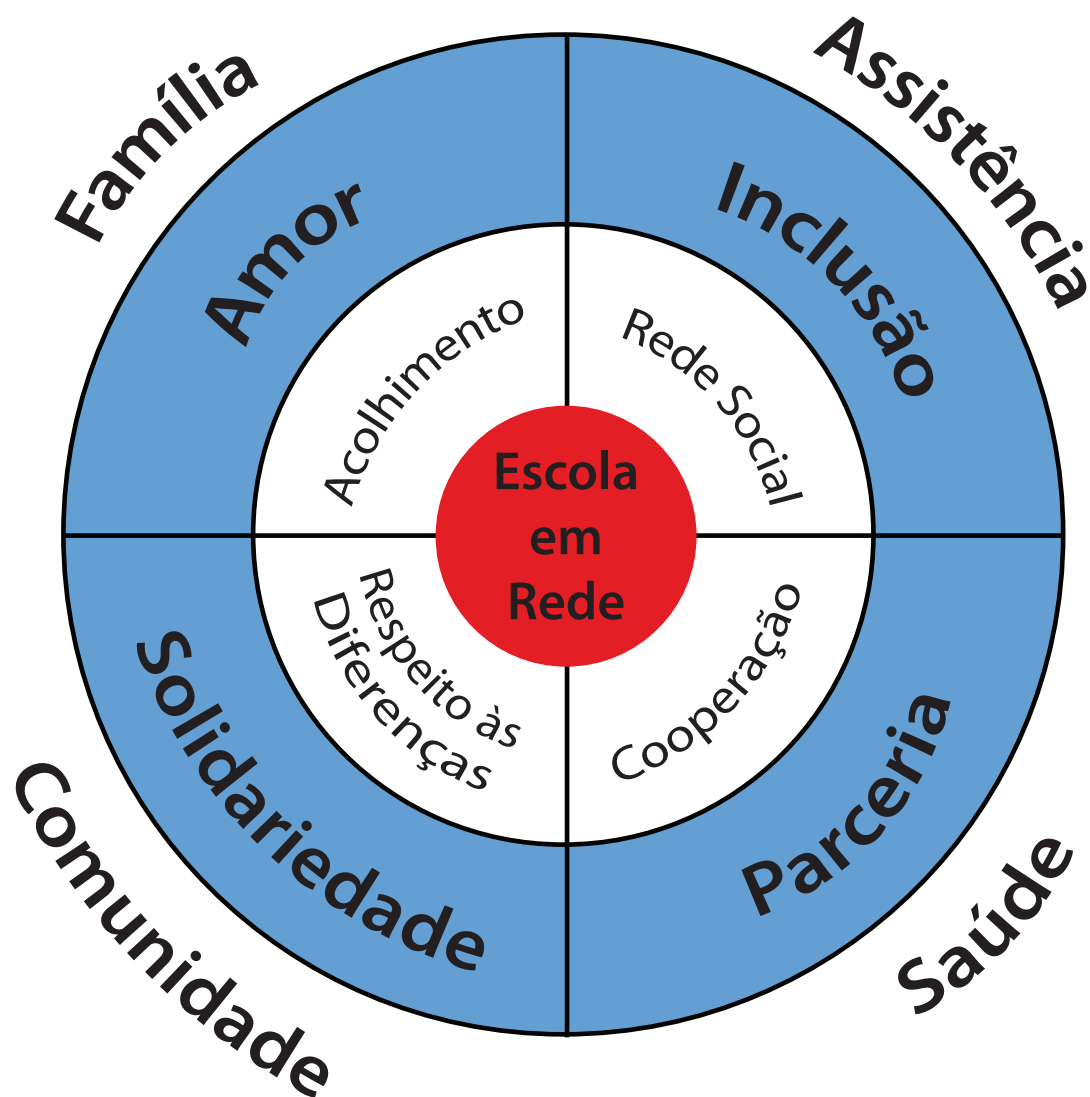
Cabe destacar que a escola, para exercer a proteção dos adolescentes, também precisa se sentir protegida.

Mas quem são estes parceiros de quem a escola necessita para se sentir protegida e mais preparada para desenvolver ações preventivas do uso de drogas?

1. Família: famílias de alunos, famílias de professores, famílias de funcionários, incluindo núcleo familiar e família ampliada (tios, avós, primos e outros)...
2. Comunidade: diversas referências de instituições comunitárias, de pessoas, de profissionais autônomos, de religiosos, de empresários, de comerciantes, de associações de bairro, de clubes de serviço, de igrejas, de ONGs, de estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços, de difusão cultural e de lazer e outros.
3. Saúde: serviços da rede básica de atenção, postos de saúde, hospitais, psicólogos, médicos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, pedagogos, assistentes sociais, serviços especializados em álcool e drogas Caps-ad, em saúde mental infanto-juvenil – Caps i , centros de referência em promoção de saúde, clínicas escolas de atendimento nas Universidades, programas de atenção integral à saúde de adolescentes, programas de saúde da família – PSF e outros...
4. Assistência/Segurança: Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, Batalhão Escolar, Instituições de Serviço Social, Programas de assistência a famílias em vulnerabilidade social, Programas de atendimento a adolescentes em situação de risco, programas de segurança pública, promotores, juízes, conselheiros, polícia de proximidade e outros...

Veremos que, na metodologia das redes sociais, a escola será fortalecida à medida que fortalecer suas parcerias e, na construção de sua rede, estabelecer importantes trocas baseadas na perspectiva da cooperação, seguindo os valores da vida coletiva que são incentivados e amplificados no cotidiano escolar.

Ilustramos, através do gráfico a seguir, um esquema dos valores que permeiam estas ações de mobilização da rede da escola.



Referências

BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. (Org.). *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. v. 1, p. 51-86.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. *Legislação em saúde mental 1990*. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. *A Prevenção do Uso de Drogas e a Terapia Comunitária*. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2006.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto n. 6286, de 5 dez. 2007. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em: 9 jul. 2010.

_____. Decreto n. 7.179/2010, de 20 de maio de 2010. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.

_____. *Inovação e participação. Relatório* de ações do governo na área da redução da demanda de drogas. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2006.

_____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.

_____. Lei n. 11.343/2006, de 23 de agosto de 2006. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.

_____. Lei n. 11.705/2008, de 19 de junho de 2008. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.

_____. *Política Nacional sobre Drogas*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.

CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000.

CARVALHO, D. B. B.; CHAIBUB, J. R. W.; MIRANDA, D. A. T. Legislação e políticas de educação e a política nacional sobre drogas. In: SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS – SENAD (Org.). *Prevenção ao Uso Indevido de Drogas: Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais*. Brasília: Presidência da República – SENAD, 2008. v. 1, p. 194-201.

CONASS/Ministério da Saúde. *Atenção Primária e Promoção da Saúde*. Brasília, 2007 (Coleção Progestores, 8).

CONCEIÇÃO, M. I. G.; OLIVEIRA, M. C. S. A Criança e o Adolescente Face à Legislação e à Política Nacional sobre Drogas. In: SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS – SENAD (Org.). *Prevenção ao Uso Indevido de Drogas: Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais*. Brasília: Presidência da República – SENAD, 2008, v. 1, p. 203-217.

FEFFERMANN, M.; FIGUEIREDO, R. Redução de danos como estratégia de prevenção de drogas entre jovens. *Boletim do Instituto de Saúde*, 2006, v. 40, p. 37-40.

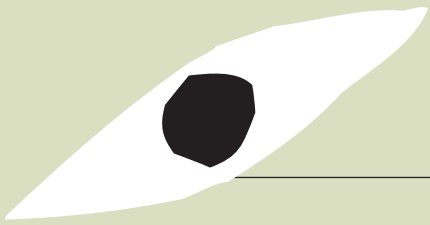
HADDAD, F. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M. *Desenvolvimento Social e Intersetorialidade: a Cidade Solidária*. São Paulo: FUNDAP (mimeo), 1997.

MATTOS, R. A. de. Os Sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca dos valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Org.). *Os sentidos da integralidade*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO, 2001. p. 39-64.

NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. *Drogas e redução de danos*: uma cartilha para profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

SUDBRACK, M. F. O.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Jovens e violência: vítimas e/ou algozes? In: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. de. (Org.). *Violência no cotidiano*: do risco à proteção. Brasília: Universa, 2005. p. 185-198.



Anotações